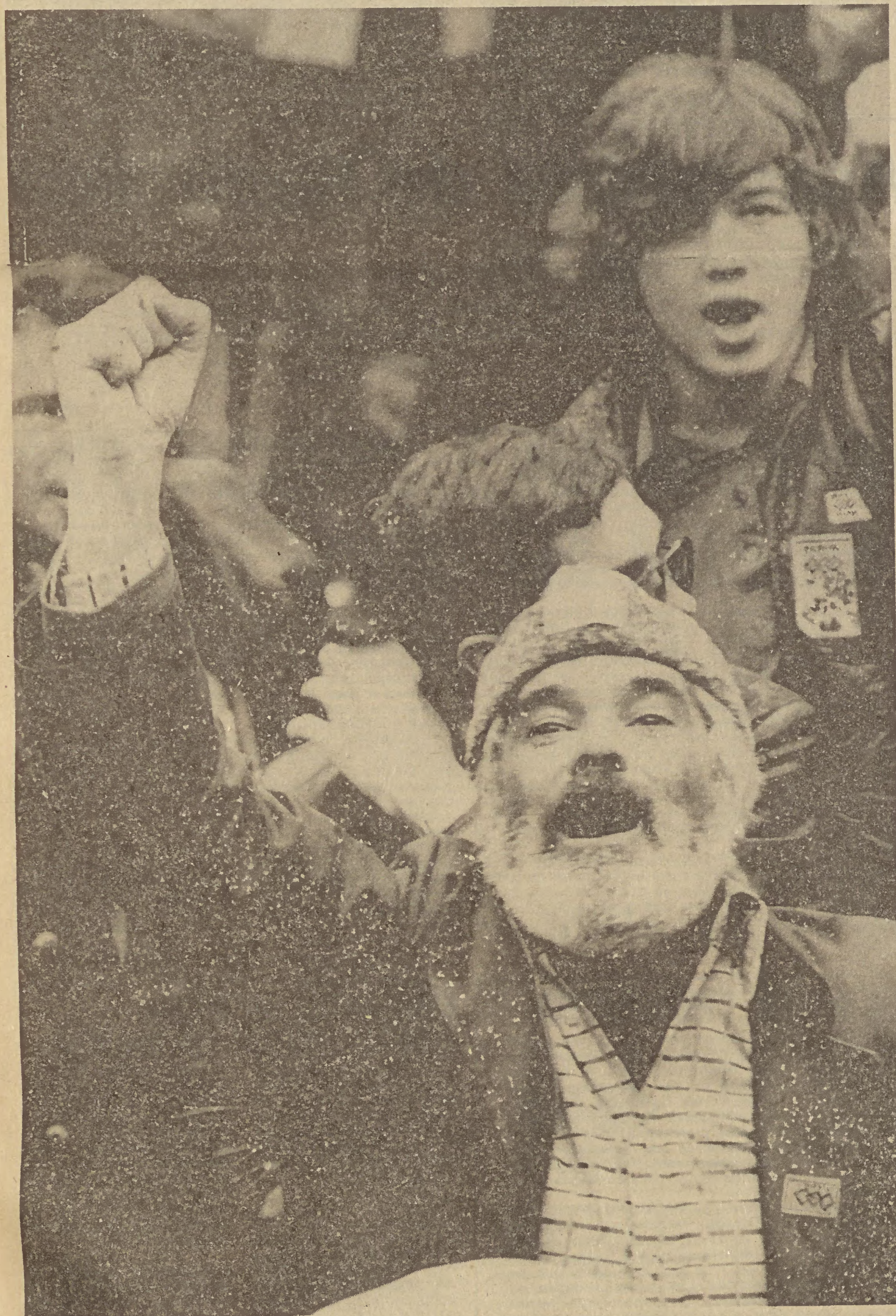


DEFENDER A DEMOCRACIA! DERROTAR A REACÇÃO! VOTAR NA FEPU!



O Comício da FEPU, que ontem encheu o Campo Pequeno foi, uma vez mais, a demonstração inequívoca e vibrante de que a unidade é possível na defesa da Revolução. Homens, mulheres, trabalhadores de todas as idades provaram que o ânimo de vencer e caminhar em frente não se mede pelos anos. Jovens e menos jovens manifestaram uma só vontade: votar na FEPU, votar para vencer

No dia 12 vamos votar três vezes:

- Para as Câmaras Municipais (boletim verde claro)

Votamos nas listas da Frente Eleitoral Povo Unido — FEPU

- Para as Assembleias Municipais (boletim amarelo)

Votamos nas listas da Frente Eleitoral Povo Unido — FEPU

- Para as Assembleias de Freguesia (boletim branco)

Votamos nas listas da Frente Eleitoral Povo Unido — FEPU e, onde não houver listas da FEPU, nas listas de cidadãos eleitores apoiados pela Frente

Editorial

AMIGO: VOTA! VOTA UNIDADE! VOTA FEPU!

Há dirigentes políticos investidos em funções de responsabilidade a quem notoriamente tem faltado inteligência para apreender com os próprios erros.

São incorrigíveis. Com irresponsabilidade abordam problemas dos mais graves do País e julgam resolvê-los com rasgos de oratória. Iludem as questões, proferem inverdades, gostam muito de se ouvirem a si próprios.

Não é de admirar que a certa altura percam a bússola e o contacto com as realidades concretas e é vê-los depois à procura de rumo — do seu rumo — recorrendo à demagogia e a golpes baixos.

O anticomunismo cega-os. Não lhes passa pela cabeça que cada vez mais o povo português, o seu povo, se vai tornando politicamente adulto e exigente. Exigente da verdade. Que se vai habituando com severidade e frieza — a severidade e a frieza que o colectivismo social ensina aos homens — a julgar aqueles a quem as contingências investiram de responsabilidade política.

O dr. Mário Soares é o dirigente máximo do partido que detém o controlo absoluto do governo e as suas palavras e actos afectam as altas funções que desempenha.

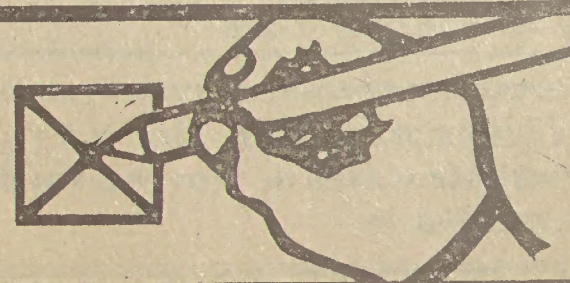
(Continua na pág. 2)

A FEPU foi impedida de responder na TV às declarações proferidas por Mário Soares na sua intervenção eleitoralista na RTP

Páginas centrais



«Estamos num comício do Partido, promovido pelo Partido, em apoio da Frente Eleitoral Povo Unido. Creio que os nossos amigos, os democratas de outras tendências não estranharão que nós aqui gritemos «PCP» e «assim se vê a força do PC». Mas creio também que eles se sentem confiantes ao nosso lado porque sabem que é nossa firme determinação marchar sempre juntos, sempre unidos na defesa dos interesses dos trabalhadores e da democracia portuguesa» — palavras do camarada Alvaro Cunhal num dos numerosos comícios promovidos em apoio da FEPU — Pág. 4





Muitos milhares de pessoas afluíram ontem ao grande comício realizado no Campo Pequeno, que culminou a campanha eleitoral da Frente «Povo Unido» na região de Lisboa

Editorial

(Continuação da pág. 1)

Na última semana o Primeiro-Ministro aproveitou-se do seu cargo — exactamente como Primeiro-Ministro, pois como tal se apresentou no programa transmitido pela RTP e a RDP — para se lançar numa descabelada propaganda eleitoral do seu partido. Uma propaganda eleitoral vedada por lei a qualquer partido ou Frente que se proponha concorrer às eleições e, portanto, também, ao partido governamental.

Quem respondeu às perguntas dos telespectadores não foi o Primeiro-Ministro mas o secretário-geral do PS e isso chama-se uma ilegalidade.

O dr. Mário Soares lançou-se na propaganda eleitoral mais descarada e reprovável, incompatível com o seu cargo de Primeiro-Ministro.

O secretário-geral do PS durante mais de duas horas entreteve-se a reeditar as velhas calúnias contra o PCP, contra os trabalhadores, contra as forças democráticas. Não se ouviu o dr. Mário Soares denunciar os perigos e ameaças da direita reacçãoária, atacar e verberar o bombismo, defender as conquistas da Revolução.

Cada uma das suas respostas estava empapada de anticomunismo e de agressividade contra o PCP. Um pobre trabalho eleitoral que em vez de prestigiar o secretário-geral do PS perante o seu próprio partido decerto o desprestigiou.

Aliás, o referido programa da RTP e da RDP são uma amostra da desavergonhada manipulação dos órgãos de comunicação social, controlados pelo Estado de todos nós, ao serviço do partido governante.

É uma velha tática eleitoral da democracia

burguesa pôr o aparelho de Estado ao serviço dos seus partidos no poder. A prática do PS não é mais nem menos limpa do que a dos partidos liberal-burgueses durante a primeira República. Todos os recursos que o poder do Estado proporciona estão a ser mobilizados ao serviço dos interesses eleitorais do PS. Somente que a República de 25 de Abril se distingue radicalmente da República de 1910 e depois desta o nosso Povo viveu quase meio século sob a pata do fascismo e usufrui há três anos das liberdades democráticas mais amplas. Os golpes eleitoralistas resultam, por isso, pouco.

O secretário-geral do PS deveria tirar conclusões do seu anticomunismo pré-eleitoral desde as eleições para a Assembleia Constituinte. Respalda na direita, o dr. Mário Soares presta, consciente ou inconscientemente, um inestável serviço à direita, sem nenhum proveito eleitoral para o PS.

Cada uma das eleições depois do 25 de Abril foi imediatamente antecedida de golpes eleitoralistas contra o PCP destinados a favorecer o PS. Mas qual foi o seu resultado prático na força eleitoral do PS?

Numa visão retrospectiva das três eleições anteriores vê-se que o eleitorado do PS passou de 2140000 votos nas eleições para a Assembleia Constituinte para pouco mais de 1 milhão (por estimativa) nas eleições para a Presidência da República. O dr. Mário Soares fala muitas vezes da quebra real mas contingente de 400000 votos do PCP nas eleições para a Presidência da República.

Mas como explica o secretário-geral do PS essa enorme quebra no eleitorado do seu partido? O anticomunismo já fez perder ao PS em três eleições mais de 1 100000 votos e pode ser-lhe desastroso nas próximas eleições para as autarquias locais.

O anticomunismo como instrumento ideológico da recuperação capitalista, empreendida pelo governo PS, vai contra a vocação unitária e a solidariedade de classe dos trabalhadores socialistas e comunistas. Vocação unitária e solidariedade de classe que se verificam em tudo que significa defender as liberdades e direitos dos trabalhadores: defender as

nacionalizações, a Reforma Agrária e o controlo operário; defender as conquistas fundamentais da Revolução.

A unidade entre comunistas e socialistas e entre estes e todos os portugueses democratas e progressistas está a ser, e será ainda mais no futuro, a ossatura da grande barreira popular contra a direita reacçãoária.

O democratismo e o antifascismo têm fundas raízes no movimento popular e nas Forças Armadas que fizeram o 25 de Abril e é a clara dilimitação entre os que defendem a democracia e os que a atacam que caracteriza a correlação actual de forças na véspera das eleições para as autarquias locais e que garantirá a derrota dos intentos da reacção.

O grande êxito da Constituição da Frente Eleitoral Povo Unido é que ela veio abrir largas possibilidades de entendimento entre democratas e antifascistas de todas as tendências e nela vieram convergir os esforços e vontades de todos os portugueses e portuguesas desejosos de construir um Portugal livre, democrático, a caminho do socialismo.

A constituição de milhares de listas unitárias para as Câmaras e Assembleias Municipais e para as Assembleias de Freguesia é só por si um grande triunfo da unidade daqueles que querem fazer progredir as formas de vida comunitária nas cidades, vilas e aldeias de Portugal.

A batalha do voto vai travar-se.

É imperioso que aqueles que a vão travar em defesa da democracia, da liberdade e do bem-estar das populações compreendam a importância política do acto eleitoral de domingo e nele compareçam em massa. Um grande esforço propagandístico deve ser ainda feito até ao último minuto da campanha eleitoral para que ninguém interessado em barrar o caminho à reacção e em derrotar o caciquismo fascista fique em casa.

Os comunistas votarão para as Câmaras

e Assembleias Municipais na Frente Eleitoral Povo Unido, nas listas que têm por símbolo os três quadrados entrelaçados. Divisionistas e provocadores a quem certos poderes deram a mão para confundir os eleitores menos esclarecidos contra os partidos e organizações coligados na Frente Eleitoral Povo Unido, aparecerão em vários boletins de voto com símbolo da foice e do martelo.

Não é aí que o eleitor do PCP irá votar.

Por outro lado, mesmo lá onde só estarão presentes na eleição as listas unitárias, é imperioso não só votar mas trabalhar para que o vizinho, o camarada, o amigo não se abstenham, não fiquem em casa. A lista da freguesia interessa à eleição camarária; o conjunto dos votos no plano nacional interessa à dimensão exacta do movimento unitário frente à reacção.

Em vários pontos o PPD e o CDS, principalmente nas zonas da Reforma Agrária, não apresentam listas para tentarem concentrar votos contra a Frente Eleitoral Povo Unido (FEPUI).

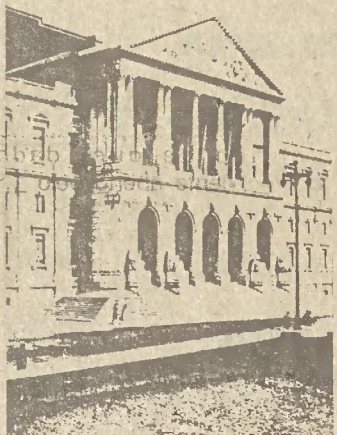
Estes partidos da direita querem animar nestas zonas os que, tendo por obrigação do seu próprio programa a defesa da Reforma Agrária, trabalham de facto para a liquidar. É de uma importância decisiva que nas cidades, vilas e aldeias do Alentejo e do Ribatejo, onde a Reforma Agrária se tornou a realização mais notável da revolução portuguesa, os trabalhadores, os pequenos e médios agricultores, votem nas listas unitárias, votem na Reforma Agrária.

Amigo! Camarada! Hoje mesmo procura os teus amigos e camaradas, esclarece-te e esclarece-os, mobiliza-os.

Participa no esclarecimento e na propaganda. Aquilo que faças já hoje, individual e colectivamente, é extremamente importante.

Domingo levanta-te cedo, vai de porta em porta, de casa em casa na tua rua e aldeia para que aqueles que têm contigo as mesmas aspirações se dirijam às Assembleias de voto e aí votem na lista unitária.

Amigo! Vota!
Vota nas listas unitárias! Vota FEPUI!



Os comunistas na Assembleia da República

É tempo de uma nova política económica para que o desperdício e a delapidação das nossas reservas não desapareça por completo, ficando o País hipotecado ao grande capital monopolista — este o sentido da intervenção do camarada Carlos Carvalho na Assembleia da República.

No passado dia 2, o camarada Carlos Carvalho fez uma importante intervenção no período de antes da ordem do dia da Assembleia da República. Revelando com números rigorosos alguns traços da situação económica e financeira actual, números que com facilidade desmentem o quadro cor-de-rosa que o Primeiro-Ministro Mário Soares pretendeu pintar na sua recente e ilegal sessão eleitoral na televisão, o nosso camarada apresentou as bases da resposta verdadeira à questão de saber o que é que conduziu a uma tal situação. Esta questão que a direita e a propaganda do PS em maior ou menor grau pretendem escamotear ou falsificar é precisamente uma questão a que é fundamental responder com verdade para se poder indicar correctamente o caminho a seguir para se poder mostrar claramente qual das duas dinâmicas, a da recuperação capitalista ou a do desenvolvimento não capitalista, pode resolver os problemas económicos, e não só, do nosso país. Disse o nosso camarada, nomeadamente:

«As nacionalizações dos grandes grupos económicos completadas em Agosto de 1975 e que estão indissociavelmente ligadas à defesa das liberdades, da democracia e da independência nacional, constituíram e constituem as bases fundamentais da reanimação económica, da edificação de uma nova economia, ao serviço do povo e do país.

Em Setembro, o VI Governo detinha nas suas mãos alavancas poderosas capazes de imprimirem um forte impulso a toda a economia; capazes de determinarem a direcção e o sentido do desenvolvimento e de responderem a um comando único minimamente planificado. Mas o que se verificou foi que, em vez de se accionarem tais alavancas, se optou pelas tentativas de desarticulação do sector não capitalista e por uma política antioperária e antipopular. A direita reacçãoária que desde o 25 de Abril joga na sabotagem, no descalabro económico e financeiro e na entrega da soberania nacional aos centros de decisão do capitalismo internacional, não escondendo em

privado, inclusive, o seu contentamento pelo agravamento da situação, assaltou de novo o aparelho de Estado à partir de Setembro de 1975. Desde então tudo tem feito para emperrar a reorganização da economia e para estrangular as grandes transformações económicas e sociais operadas depois do 25 de Abril, utilizando com flexibilidade todas as armas e processos, desde a intriga e a calúnia, à sabotagem e ao terrorismo.

A política de cedências à direita que alguns preconizaram, como a via para a conter, mostrou com a vida que só serviu para reforçar a sua organização e acção sabotadora, tonificar a sua arrogância e multiplicar-lhe os meios de entrar e desacreditar o processo democrático.

No plano económico não se avançou com a reestruturação da banca, dos seguros e dos sectores básicos da economia. Alguns passos que se deram nesse sentido, empurrados pelos trabalhadores, continuam a ser sabotados, a maior parte das vezes pelas administrações e conselhos directivos onde se encontram homens estreitamente ligados aos Mellos, Champallimauds e Espírito Santos.»

Aqui, entre outros exemplos possíveis, o nosso camarada citou os da Petrol, Rodoviária Nacional, CUF e da Comissão de Reestruturação da Indústria Farmacéutica.

«A verdade é que as forças de direita tudo fazem para que se mentenham os grupos económicos intactos e com eles a anarquia do modo de produção capitalista, a concorrência, a lei da selva, a duplicação dos serviços, de modo a continuar o desgaste, o desperdício e a delapidação do valor.

O reflexo de uma tal política não se poderia deixar de fazer sentir em todos os campos: aumento de desemprego, retoma do ritmo de subida de preços igual ao 24 de Abril de 1974, desvalorização do escudo, diminuição dos salários, reais, agravamento, do défice da balança comercial e de pagamentos, endividamento crescente do país, esgotamento das reservas e ouro, submissão ao imperialismo.

Com efeito, o *défice da balança cambial* do Banco de Portugal atingiu no final de Setembro cerca de 27,4 milhões de contos ou seja *mais 5 milhões do que em igual período do ano passado*.

As estimativas da balança de pagamento para o 1.º semestre indicavam um *défice global* de 23,2 milhões de contos, ou seja um agravamento de 7,5 milhões de contos (+47,5%) em relação a igual período do ano anterior.

No segundo trimestre o *défice da balança comercial* atingia 25 milhões de contos o que representava já um aumento de cerca de 18% em relação ao ano anterior. No terceiro trimestre o *défice* subiu para *43 milhões de contos*!

Em face desta situação, em vez de uma política rumo ao socialismo, assente numa dinâmica não capitalista, numa política revolucionária e nacional, num governo de democratas e patriotas, assiste-se ao sucessivo mendigar de empréstimos a que se denomina de «ajuda», com o conseqüente endividamento e sujeição da independência nacional.

Sobre este assunto é bom que não se esqueça que só o VI Governo Provisório consumiu 33,8 milhões de contos de reservas, ou seja três vezes mais do que o IV e V governos juntos. E não se venha com a rábula que o facto se deve a «facturas» anteriores, pois não só não havia empréstimos a liquidar, como a balança comercial e de transacções correntes acusou uma significativa redução do *défice* durante esse período.

Mas se isto se verificou no domínio do comércio externo, também quanto à actividade do Estado os factos não são menos concluintes.

Em Setembro de 1975 os *débitos do Estado ao Banco de Portugal* por empréstimos obrigacionistas era de 132 mil contos, um ano depois o valor registado é de 48,148 milhões de contos. Com os 40 e tal milhões do *défice* orçamental previsto para 1977 para o qual não se indica financiamento concreto, o Banco de Portugal terá, com certeza, de vir a arranjar «espaço» para tal «buraco».

Por outro lado, em 10 de Dezembro de 1976, a dívida pública directa do Estado deve subir a 165 milhões de contos (interna 142,6; externa 22,4), passando assim de 27,2% do PIB em 1975 para 40,7 (incluindo os avals) em 1976. Só para o serviço da dívida pública o Orçamento Geral do Estado prevê cerca de 17 milhões de contos correspondendo praticamente à totalidade das receitas do Imposto de Transacções, e os juros da dívida pública montarão a 50% do investimento previsto para 1977.

Ainda hoje, o Povo Português não tem conhecimento das condições (económicas, financeiras e políticas) dos empréstimos externos, mas a verdade é que uma coisa é sabido: os nossos «amigos» capitalistas da «Europa Connosco» e não só, para 910 milhões de dólares de empréstimos, obrigaram-nos a hipotecar 300 toneladas de ouro! E ainda por cima, todos os empréstimos são a curtíssimo prazo.

Em Janeiro de 1977 venceram-se 485 milhões de dólares e em Fevereiro e Maio 215 milhões de dólares. Só os encargos financeiros suportados, em 1976, por estes empréstimos, atingem os 557 800 contos.

Esta política de «banca rota» de entrega da independência nacional, encontra na direita reacçãoária, para já, o apoio aberto ou a condescendência colaborante... Esperam o afundamento, o agravamento da situação, esperam que o fruto esteja mais maduro, para na altura oportuna, darem o laço e esticarem a corda, apoiados pela pressão dos credores capitalistas e imperialistas seus aliados...

Perante isto parece-nos que é tempo da Direcção do PS rever a sua política e as suas alianças; é tempo dos antifascistas, democratas e patriotas darem as mãos. É tempo de uma nova política económica assente numa dinâmica não capitalista e no entusiasmo e imaginação criadora dos trabalhadores; a única via capaz de levar ao desenvolvimento económico e social, ao aumento da produção e da riqueza.

É o Povo, a Democracia e a Pátria que o exigem.

A PARTIR DA PRÓXIMA SEMANA

Grande Venda de Natal

NO CENTRO VITÓRIA
(Av. da Liberdade — Lisboa)

Tiragem média do «Avante!» durante o mês de Novembro: 81 790 exemplares

INTRANSIGENTE DEFESA

Na passada segunda-feira, a SIP do PCP difundiu a seguinte nota, acerca dos atentados terroristas desse dia:

1. Os actos de sabotagem nas linhas de caminho-de-ferro do Estoril e de Sintra verificados na madrugada de hoje são de molde a justificar a maior indignação e colocam, uma vez mais, na ordem do dia a profunda necessidade de uma firme política de combate ao terrorismo e de intransigente defesa da ordem democrática.

2. O PCP chama a atenção para o significado destes atentados, realizados em plena campanha eleitoral e em condições que poderiam, eventualmente, provocar vítimas de forma cega e indiscriminada, no claro objectivo de tentar criar no País um ambiente de profunda insegurança e intranquilidade, próprio às manobras e conspirações reacçãoárias contra o regime democrático.

3. Os factos estão demonstrando que a passividade, a tolerância e a impunidade de que gozam as actividades terroristas, constituem objectivamente um estímulo para novos e mais graves atentados que podem vir a assumir proporções dramáticas.

O PCP tem vindo a advertir que, antes que tal eventualidade se confirme e que mais famílias portuguesas se vejam lançadas na dor e no sofrimento, é imperioso levar por diante de forma corajosa e isenta as investigações sobre o terrorismo, desmantelando as suas redes, castigando exemplarmente os responsáveis, fazendo justiça às vítimas do terrorismo, defendendo a ordem democrática dos seus inimigos.

DA ORDEM DEMOCRÁTICA

4. O povo português, como resposta às suas justas inquietações e à sua indignação pela libertação de pides com penas simbólicas, pela arrogância e despudor que exibem nos julgamentos, pela libertação de presumíveis bombistas, não pode continuar a receber afirmações de princípio, atitudes fatalistas, frases dúbias, promessas inconsequentes e, muito menos, declarações que representem uma cautela objectiva para comportamentos incompatíveis com as normas de vida democrática consagradas na Constituição.

5. Neste sentido torna-se inquietante verificar que o Governo, contra a luta dos trabalhadores alentejanos que defendem a Reforma Agrária, que exigem o cumprimento da lei e o respeito dos compromissos assumidos, seja capaz de mobilizar os órgãos de informação que controla numa vasta campanha de alarmismo e calúnias, seja capaz de impor a intervenção de forças militarizadas para cobrir as ilegalidades, prepotências e abusos que está patrocinando e que, em contrapartida, seja tão frouxa a sua actividade e tão ineficazes as medidas que toma em relação ao terrorismo que ameaça, de forma crescente e real, a liberdade dos portugueses.

6. O PCP, alertando todos os democratas e antifascistas de que devem estar vigilantes em relação a quaisquer possíveis actos de provocação, apela a que prossigam sem desfalecimento na exigência democrática e patriótica do combate ao terrorismo, condição essencial para assegurar a liberdade e a tranquilidade dos portugueses e garantir o prosseguimento do processo democrático.

EMIGRANTES NA SUÉCIA CONFRATERNIZAM EM MALMOE

Os militantes comunistas portugueses organizados em Malmö, na Suécia, levaram a efeito, naquela cidade, no dia 20 de Novembro, passado, uma festa dedicada aos portugueses emigrados naquele país.

Tratou-se de uma importante jornada de solidariedade e de confraternização, que contou com a presença de mais de 300 pessoas, na sua maioria portugueses. Longe da pátria, vítimas da exploração capitalista e das campanhas caluniosas contra a revolução portuguesa, os trabalhadores conhecem entretanto o sentido da sua luta, pela consolidação da democracia e das conquistas alcançadas, no caminho do socialismo, contra o regresso do fascismo que levaria não só os trabalhadores em Portugal mas também os emigrados a ficar sujeitos à opressão e à humilhação e ao terror de antes do 25 de Abril.

Durante a Festa usaram da palavra alguns camaradas de partidos irmãos: do PC Brasileiro, do PC do Uruguai,, do PC da Grécia, do Comité Salvador Allende da Suécia e ainda do Partido da Esquerda os Comunistas da Suécia. Um camarada do PCP, da organização de Malmö, depois de resumir a história do nosso Partido, disse:

— Nas condições democráticas criadas em 25 de Abril de 1974, o PCP tornou-se no imenso partido da classe operária e de todos os explorados. Houve ainda durante a festa projecções de «slides», filmes, variedades, jantar e baile. Os mais pequenos participaram também na festa onde puderam ver desenhos animados, tiveram uma sala para brincar e assistiram à brilhante actuação dos Pioneiros do Partido de Esquerda os Comunistas da Suécia que, entre outras, interpretaram em português a «Grândola Vila Morena».

NOTA DA COMISSÃO POLÍTICA

1. A menos de duas semanas da data das eleições para as autarquias, recrudescem as campanhas das forças reaccionárias para criar um clima de incerteza e insegurança.

As mais vis calúnias e mentiras juntam-se formas diversas de provocação, procurando que a opinião pública desvie a sua atenção dos perigos que as actividades da reacção representam e se volte contra o movimento operário, o PCP, as forças progressistas.

Através de provocações como a do caso do bancário do Porto que teria um explosivo em seu poder, a reacção pretende fazer esquecer as suas actividades terroristas e fazer nascer dúvidas acerca da actividade do PCP.

O PCP condena as actividades conspiratórias e terroristas, venham donde vierem, e reclama o castigo dos responsáveis. O PCP denuncia as campanhas de calúnias e provocação, os apelos à violência e a impune utilização dos meios de comunicação social para tais fins, como atentados que desacreditam e comprometem gravemente o próprio prestígio do regime democrático.

O PCP prossegue firmemente a sua política de respeito pela Constituição, de defesa das liberdades e da ordem democrática em todo o território nacional.

2. As decisões e medidas do Governo PS contra os trabalhadores e contra a Reforma Agrária, a restituição de empresas aos antigos patrões que as sabotaram e conduziram à beira do encerramento, a restituição de terras aos grandes proprietários contra os termos da lei da Reforma Agrária, a política antidemocrática do MEIC, a abusiva intervenção do Governo na vida sindical, provocam conflitos sociais e políticos e intervêm na situação como factores de intranquilidade e insegurança.

O PCP reafirma que considera ser do interesse do Povo português a estabilidade democrática e previne para os perigos de quaisquer actividades ou medidas que provoquem desestabilização.

3. O PCP combate firmemente a reacção. Faz severas críticas à política antioperária e antipopular do Governo PS. Organiza a luta em defesa dos interesses dos trabalhadores, das liberdades, da Reforma Agrária, das nacionalizações, do controlo operário.

Insiste ao mesmo tempo nos perigos de um agravamento artificial dos conflitos e de uma desestabilização da situação social, económica, política e militar.

Indivíduos que apareçam a praticar, a aconselhar ou a fomentar o recurso a formas violentas de luta, ou querendo conduzir nessa direcção a luta popular, devem ser imediatamente desmascarados como provocadores servindo os desígnios da reacção.

O PCP apela para uma grande vigilância de todos os membros do Partido, dos trabalhadores, dos democratas, seja contra as provocações directas da reacção ou de grupelhos neofazis, seja contra os incitamentos provocatórios de grupos pseudo-revolucionários.

4. Em poderosas acções de massas que tiveram elevada expressão nas grandiosas concentrações de Lisboa, Porto e Coimbra, no dia 27 de Novembro, e noutras grandes iniciativas, a classe operária tem mostrado a sua determinação em defender os seus interesses de classe, as liberdades e as outras conquistas da revolução e a sua profunda

compreensão do momento político que atravessamos.

Os trabalhadores alentejanos têm igualmente dado um magnífico exemplo de consciência de classe e maturidade política, defendendo firmemente a Reforma Agrária, exigindo o real respeito pela lei, mas mantendo grande serenidade que constitui também uma afirmação da sua força.

Em vastas acções de protesto ganha novo relevo a luta dos estudantes resistindo à política antidemocrática do MEIC e defendendo as conquistas democráticas no campo do ensino.

O PCP exorta os trabalhadores e a juventude a que, repudiando formas irresponsáveis ou aventureiras de luta que possam servir as manobras da reacção contra a democracia portuguesa, prossigam com serenidade, firmeza e unidade na defesa dos seus interesses e direitos, na defesa das conquistas da revolução.

5. O PCP reafirma que a unidade dos trabalhadores, das massas populares e das forças democráticas é condição essencial para que as dificuldades e os perigos actuais sejam vencidos.

O PCP adverte seriamente de que a persistência em atitudes e comportamentos tendentes a dificultar ou impedir o entendimento entre as forças democráticas está causando graves prejuízos à democracia portuguesa e favorecendo os planos das forças reaccionárias.

O PCP insiste em que o diálogo e a cooperação entre as forças democráticas, designadamente de comunistas e socialistas, é, a todos os níveis, uma urgente necessidade para derrotar a ofensiva reaccionária.

6. Está em curso a campanha eleitoral para as eleições das Câmaras, Assembleias Municipais e Assembleias de Freguesia.

O Povo português está interessado em que a campanha decorra num ambiente de liberdade, ordem e tranquilidade e que o acto eleitoral do próximo dia 12 se realize com a máxima dignidade e seriedade.

O resultado destas eleições terá profundas repercussões políticas, no plano local e nacional.

O PCP saúda os milhares e milhares de democratas, de diversas opiniões que, numa grande afirmação de consciência democrática e patriótica, estão desenvolvendo em todo o País em torno das listas: POVO UNIDO, uma poderosa campanha unitária de massas, pela defesa dos interesses das populações e pela consolidação da democracia portuguesa.

O PCP sublinha que uma grande votação na Frente Eleitoral Povo Unido será uma forte barreira ao assalto das Câmaras e Juntas de Freguesia pela reacção, pelos representantes dos capitalistas, dos agrários, dos caciques. Uma grande votação nas listas POVO UNIDO é a garantia da eleição de democratas que sirvam dedicadamente e honradamente os interesses das populações.

O PCP salienta que uma grande votação nas listas POVO UNIDO reforçará a defesa das liberdades e das outras conquistas da revolução e constituirá uma importante contribuição para garantir uma solução democrática para os graves problemas que Portugal defronta.

3 de Novembro de 1976

A Comissão Política
Do Comité Central
Do Partido Comunista Português



Imagem sugestiva do comício de ontem no Campo Pequeno

PROPAGANDA ILEGAL E ANTIDEMOCRÁTICA

A intervenção do 1.º Ministro na RTP no passado dia 3, constitui uma grave e ilegal acção de propaganda eleitoral em favor do PS. Com efeito servindo-se de um órgão de informação estatizado que deveria estar ao serviço de todos os portugueses, o 1.º Ministro e Secretário Geral do PS abusou do poder e cometeu uma ilegalidade que não escapou a nenhum dos telespectadores que nessa noite o viram e ouviram. Desrespeitando a lei, nomeadamente o Art.º 48.º do Decreto-Lei n.º 701-B/76 que legisla sobre a neutralidade e imparcialidade das entidades públicas, o 1.º Ministro revelou-se desleal, atacando partidos e forças que não estavam em igualdade de circunstâncias. Não conseguindo êxitos nos comícios do seu partido, o Dr. Mário Soares foi assim a comício aproveitando um órgão de informação que pode tocar simultaneamente cerca de 3 milhões de pessoas.

Acerca desta clara violação da lei reguladora das eleições para as Autarquias, o PCP difundiu uma nota através da SIP, em que, tomando posição, referia a dado passo:

O Dr. Mário Soares, na linha de procedimentos anteriores de diversos membros do Governo, confundiu novamente o País com uma cutuada do PS, a Televisão com os serviços de propaganda do seu partido.

E mais adiante: O PCP sublinha não só que o 1.º Ministro não está isento do cumprimento da lei como ainda que as responsabilidades do cargo o deveriam obrigar a que desse o exemplo no seu respeito e acatamento.

Perante a situação criada pela intervenção do 1.º

Ministro em pleno desenrolar da campanha eleitoral para as Autarquias Locais, o PCP declara que reclamará da RTP o legítimo direito de resposta, em termos compatíveis com a necessidade de, em favor da completa informação do povo português e da seriedade destas eleições, repor a verdade e combater uma grave violação da legalidade democrática e uma séria ofensa ao princípio da igualdade de condições entre as diversas forças políticas.

que a gravação da resposta da FEPU teria lugar no dia 7 do corrente e iria para o ar nesse mesmo dia ou no seguinte. No dia 7, precisamente, o administrador Dr. Raul Junqueira confiou aos elementos da FEPU que um elemento novo impedia a efectivação da gravação — ordem da Secretaria de Estado da Comunicação Social...

Perante esta atitude, decidiu a FEPU protestar junto da Presidência da República, do Conselho da Revolução — para o que foi recebida pelos

da Constituição, segundo o qual compete à Assembleia da República, no exercício de funções de fiscalização, na alínea a) «vigiar pelo cumprimento da Constituição e das leis e apreciar os actos do Governo e da Administração» — solicitamos a V. Ex.ª que seja dado conhecimento do teor desta informação à Assembleia da República, com a urgência que se impõe, no sentido de poderem ser tomadas as medidas adequadas tendentes a repor a legalidade democrática e a justiça na questão em causa.

BARRETO
OUTRA VEZ

Também a nova comunicação ministerial ao país prevista para ontem na RTP mereceu do PCP uma nova tomada de posição, no sentido de que, dado o precedente aberto pelo 1.º Ministro e tendo em conta o teor das declarações por ele prestadas, a anunciada comunicação do Ministro da Agricultura e Pescas fosse mais uma ilegal intervenção na campanha eleitoral em curso e uma tentativa de influenciar e intimidar o eleitorado.

Na nota da SIP, publicada na segunda-feira, o PCP reclama a atenção dos órgãos do poder e da Comissão Nacional de Eleições para esta situação desprestigiante para o regime democrático que resulta do aproveitamento do exercício de cargos públicos para, em deliberada violação da lei, prejudicar entidades concorrentes às eleições ou Partidos que as integrem e apoiem.



Também a FEPU, Frente Eleitoral Povo Unido, uma das formações atacadas e especialmente visadas pelo 1.º Ministro desenvolveu uma série de diligências no sentido não só de protestar contra a atitude do 1.º Ministro, como de lhe ser concedida na Televisão o direito de resposta previsto na lei. Contactada assim a administração da RTP, como foi divulgada em conferência de imprensa, um dos administradores daquele órgão do Estado estabeleceu

seus membros Pizarat Correia e Vítor Alves —, junto da Comissão Nacional de Eleições que reuniu de emergência, junto do próprio Governo, através do 1.º Ministro e do MAI e ainda junto da Administração da RTP. Para o mesmo efeito os membros da FEPU foram recebidos pelo Presidente da Assembleia da República a quem dirigiram uma carta explanando os factos e terminando: Considerando o art.º 165.º

NOS AÇORES E NA MADEIRA O POVO UNIDO EM MARCHA

A Frente Eleitoral Povo Unido desenvolve intensa actividade nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Vencendo inúmeras dificuldades a campanha eleitoral está em fase de grande movimentação nessas regiões: realizam-se sessões de esclarecimento nas ilhas do Faial e do Pico, onde hoje e amanhã, no ginásio do liceu local, se realizam mais duas sessões com a presença de Heriberto Goulart da Comissão Nacional da Frente Povo Unido e da Comissão Nacional do MDP/CDE. Este mesmo elemento terá contactos também na ilha de S. Miguel, onde a propaganda da FEPU (cartazes, autocolantes, inscrições, etc.) é quase exclusivamente a única existente por toda a ilha. Na ilha Terceira os democratas e anti-separatistas de todos os quadrantes políticos enfrentam a mais desenfreada ofensiva reaccionária, a campanha tem-se distinguido por largas distribuições de propaganda e esclarecimento.

Na Madeira a actividade de propaganda é também importante: ontem realizaram-se sessões na freguesia de Machico e no Teatro Municipal do Funchal, com a presença de Fernando Tordo que com a sua voz e as suas palavras muito contribuiu para o êxito das sessões. Nestes últimos dias, por vezes com a participação de Fernando Tordo, a Comissão Eleitoral Unitária, que tem uma sede no Funchal, promoveu pequenos comícios em mercados, à saída das empresas e em algumas freguesias rurais.

LISTAS ABANGEM 82% DO ELEITORADO

A FEPU no conjunto dos Açores e da Madeira apresentou listas para Câmaras Municipais em 15 das 30 concelhões existentes e em 16 para as Assembleias Municipais. Mas as listas para Câmaras Municipais abrangem 79% do eleitorado e para as Assembleias Municipais 82% do eleitorado. As dificuldades dos democratas açorianos e madeirenses foram maiores para apresentação de listas para as Assembleias de Freguesia, mas mesmo assim as 22 apresentadas cobrem 35% do eleitorado.

Estes dados mostram que, apesar das enormes dificuldades

que a falta de liberdades democráticas e o desigual tratamento dado aos diversos concorrentes levantou à constituição das listas, foi possível fazer desde já uma afirmação clara de que existem forças potenciais capazes de enfrentar a reacção e defender os interesses das populações. Cerca de meio milhão de homens e mulheres, prestigiados, honestos, com partido ou independentes, católicos ou não, operários, camponeses, empregados e intelectuais, na sua esmagadora maioria naturais residentes nas próprias regiões, representam uma enorme e considerável força ao serviço dos interesses das populações das Regiões Autónomas, da democracia e do progresso das suas terras.

A ACTIVIDADE REACCIONÁRIA

Independentemente dos resultados este enorme esforço de aglutinação de vontades feito em torno das listas Povo Unido certamente continuará para além das eleições em formas maleáveis mas eficazes de defesa e de luta contra o poder político reaccionário e opressor que representa, quer na Madeira quer nos Açores, o PPD e os seus governos regionais. Estes montaram uma máquina burocrática pesada e que custa muitas dezenas de milhares de contos ao País, e que nada tem feito nem fará para servir os trabalhadores, quer sejam operários quer sejam agricultores e rendeiros que vêm grande parte do seu trabalho fugir para os bolsos dos intermediários parasitas e dos grandes comerciantes. O descontentamento alarga e abrange muitas camadas até aqui silenciosas.

Para defender as posições exploradoras da sua clientela eleitoral o PPD recorre a todos os meios: o que se passou no domingo na freguesia de Ponta do Sol, na Madeira, onde o cacique reacção local, Egídio, deputado do PPD, proibiu um comício do CDS (I) com agressões e correrias, dá bem a imagem das dificuldades que os democratas da Frente Eleitoral Povo Unido têm de enfrentar nestas regiões, quer da parte do PPD quer da parte do CDS, quer mesmo por vezes de

caciques do PS. A actividade dos esquerdistas é orientada também contra a unidade dos democratas expressa na Frente. Ameaças, despedimentos, patrulhas que circulam a caça dos democratas que colam cartazes (caso de Angra do Heroísmo), boatos terroristas, agressões, uma imprensa regional totalmente ao serviço da direita e postos regionais de Rádio e Televisão que fazem o jogo desta, destilando o mais acerbado anticomunismo, grandes taxas de analfabetismo — de tudo os democratas açorianos, e madeirenses da Frente Povo Unido têm enfrentado em mais esta campanha eleitoral.

MOBILIZAR AS POPULAÇÕES

As listas da Frente foram apresentadas, os seus programas discutidos e amplamente e apresentados ao eleitorado (o que mais nenhum partido fez),



a propaganda e o esclarecimento continua. Trata-se de um primeiro sucesso que não deixará de ter repercussões no futuro. A luta continuará para que as autarquias defendam de facto os interesses das populações, para que elas não sejam joguetes da máquina burocrática e reaccionária do PPD, para que as populações possam participar activamente nos seus trabalhos e na resolução dos seus inúmeros problemas, para que as autarquias tenham os meios financeiros suficientes para obras. Também nos Açores e na Madeira os resultados das eleições do dia 12 terão profundas repercussões. A Frente sabe que não vai ganhá-las: mas cada voto na FEPU, cada voto nos 3 quadrantes, que representam a unidade, a democracia e o progresso para as populações, será mais uma derrota da direita, e do separatismo, mais uma vitória

da esquerda unida, o abrir de novos horizontes de progresso, democracia e liberdade.

INTENSA CAMPANHA DE ESCLARECIMENTO

Milhares de pessoas assistiram em todo o país a sessões de esclarecimento, comícios e jornadas de divulgação do programa e de apresentação dos candidatos, promovidas pela Frente Eleitoral Povo Unido. Para além de terem reunido o entusiasmo e espírito de combate de muitos democratas, comunistas, socialistas e independentes de esquerda, estas iniciativas ficaram essencialmente marcadas por uma intensa participação das massas populares, que reafirmaram o seu apoio à Frente e à luta que se trava no nosso país pela democracia e pelo progresso social, contra as ofensivas da reacção, contra o PPD e o CDS.

A campanha eleitoral da FEPU, ao contrário do que acontece com as outras organizações que concorrem às eleições, não tem feito a apologia do eleitoralismo, prometendo mundos e fundos aos trabalhadores e ao povo. Tem, fundamentalmente, mobilizado as pessoas em torno da discussão das medidas que podem conduzir à plena solução dos problemas que afligem o povo trabalhador. Estas soluções — tal como tem vindo a ser apontado — passam obrigatoriamente pela participação colectiva e organizada dos cidadãos na condução dos destinos das localidades.

Integradas nesta ideia, realizaram-se, pois, por todo o país, centenas e centenas de jornadas de esclarecimento, onde também estiveram presentes membros do Comité Central e militantes do nosso

Partido, além de outros antifascistas independentes, socialistas e elementos do MDP/CDE e FSP.

Assim aconteceu em Mosca, na Amadora, no Porto, Vila Nova de Ourém, Guarda, Estarreja, S. Brás de Alportel, Almada, S. João do Estoril, Brandoa, Setúbal, Palmela, Santarém, Paio Pires, no Alentejo e em quase todas as freguesias de Lisboa, etc.

Caravanas automóveis, onde participaram dezenas de candidatos da Frente Povo Unido, percorreram, nomeadamente, as freguesias de Lisboa e Porto, tendo-se estabelecido com as populações um diálogo vivo sobre o programa da FEPU e a sua actividade, e ainda sobre a actual situação política. Através da propaganda distribuída, das curtas intervenções e dos contactos com a população os candidatos da FEPU evidenciaram a importância dos resultados eleitorais para a possibilidade de solucionar, no interesse dos trabalhadores e das massas populares os variados e graves problemas existentes nas localidades. De Norte a Sul do país, a Frente Povo Unido levou a cada trabalhador, a cada democrata, a esperança do 25 de Abril. A campanha eleitoral da FEPU — grandiosa jornada nacional que contribuiu para o reforço da democracia portuguesa — levou a cada canto de Portugal a expressão da ampla unidade que o nosso povo vem manifestando em defesa das conquistas revolucionárias!

VOTAR EM LISBOA!

O povo de Lisboa vai votar, no próximo dia 12, para eleger a Câmara e a Assembleia municipais e também as Assembleias das 53 freguesias do concelho de Lisboa.

A Frente Eleitoral POVO UNIDO apresenta listas em 39 dessas freguesias. Nas restantes, a FEPU dá o seu apoio às seguintes listas apresentadas por grupos de cidadãos:

Freguesia do Castelo

Lista Unitária do Castelo (XI)

Freguesia de S. Cristóvão

Comissão Eleitoral de Moradores (XIV)

Freguesia das Mercês

Lista Unitária das Mercês (XX)

Freguesia de Santiago

Lista da Comissão Unitária de Santiago (XVIII)

Freguesia de Santos-o-Velho

Comissão Eleitoral Unitária de Santos (I)

Freguesia da Pena

Lista Unitária da Pena (XV)

Freguesia do Sacramento

Lista de Moradores do Sacramento (XIV)

Freguesia de Santa Maria de Belém

Lista Unitária de Santa Maria de Belém (XVII)

Freguesia de S. Francisco Xavier

Moradores Independentes de S. Francisco Xavier (II)

Freguesia de S. Vicente

Lista de Moradores de S. Vicente de Fora (VIII)

Freguesia da Sé

«Pela freguesia, pela democracia» (X)

Freguesia de S. Domingos de Benfica

Lista Unitária de Moradores (V)

Freguesia da Ameixoeira

Lista Unitária da Ameixoeira (XVI)

Freguesia de Carnide

Lista Unitária de Carnide (VII)

ÁLVARO CUNHAL NA CAMPANHA DA FEPU

O camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido, esteve presente em diversas sessões integradas na campanha da Frente Eleitoral Povo Unido. Em todas estas jornadas, promovidas em vários pontos do país, o secretário-geral do PCP foi entusiasticamente recebido pelas populações, que demonstraram, uma vez mais, a sua firme determinação na luta contra os caciques e as forças reaccionárias, pela construção de um Portugal novo, a caminho do socialismo. Tal como sublinhou o camarada Álvaro Cunhal no decorrer das suas intervenções nestas jornadas de esclarecimento, uma votação massiva nas listas da Frente Povo Unido reforçará a democracia portuguesa e poderá garantir a eleição de pessoas competentes, de democratas, que na administração das freguesias e municípios se empenhem com determinação na resolução dos graves problemas que se colocam ao povo trabalhador.

Das diversas sessões a que esteve presente Álvaro Cunhal damos a seguir um breve resumo. Saliente-se que, além das sessões propriamente ditas, Álvaro Cunhal travou um íntimo contacto com as populações, através de conversas nas ruas e nas casas, sempre rodeado do carinho e do entusiasmo populares.

EM ALCÂNTARA

Caracterizada logo de início por um ambiente de grande vibração e entusiasmo, decorreu no passado dia 3, na Escola Preparatória Francisco Arruda, em Lisboa, uma sessão de esclarecimento promovida pela Comissão Eleitoral Unitária de Alcântara da Frente Povo Unido.

Além do camarada Álvaro

“FUI VER A VERDADE”

No decorrer da sessão promovida pela Comissão Eleitoral Unitária de Alcântara da FEPU, um velho militante comunista, de voz firme e grossa, pediu a palavra. Não ia, contudo, formular qualquer pergunta ao camarada Álvaro Cunhal. Aproveitou a oportunidade para denunciar e desmistificar, perante uma numerosa assistência, as calúnias montadas no nosso país pela reacção, pelas forças do passado, contra o mundo socialista, em especial a União Soviética.

“Fui ver a verdade”, diria o camarada já um pouco emocionado. “Por ocasião das comemorações do 7 de Novembro, estive na União Soviética e visitei as cidades de Moscovo e Leninegrado. Fui muito bem recebido, vi tudo o que quis. Vi de perto a alegria, a confiança e a maturidade de um povo que argue, com o seu trabalho e a sua determinação, a sociedade mais livre do mundo, a sociedade socialista”, diria o velho militante que, depois de se referir ao desenvolvimento técnico, cultural, social e científico do povo soviético e aos contactos que estabeleceu durante a sua permanência na URSS, realçou alguns dos aspectos que mais o impressionaram: as condições de vida dos reformados e das crianças (“as classes privilegiadas”), o “respeito por todos” e o espírito de solidariedade internacionalista dos trabalhadores soviéticos.

Cunhal, esta sessão contou também com a presença de Conceição Peres e Joaquim Fernandes, candidatos independentes pela CEU de Alcântara à Junta de Freguesia; José Magro e Jaime Felix, membros do Comité Central e da DORL do nosso Partido; e Adílio Martins e Jerónimo Castro, suplente do CC.

Frequentemente interrompido pelos aplausos e palavras de ordem da assistência, em apoio à política de unidade e cooperação democrática do nosso Partido e à Frente Povo Unido, o camarada Álvaro Cunhal começou por traçar uma breve perspectiva da actual situação política, económica e social, tendo sublinhado a importância de que se revestem estas eleições para a consolidação da democracia portuguesa, e referido que só uma votação massiva nas listas do Povo Unido

poderá assegurar a derrota do caciquismo, a democratização das autarquias, o pleno uso das liberdades em todo o território nacional e a eleição de homens sérios e competentes que na administração das freguesias e municípios se dediquem com todo o seu saber e capacidade à resolução dos problemas que afectam os cidadãos.

A situação dos reformados, a Reforma Agrária e a lei dos 50 mil pontos, a situação no Ensino e a recuperação obscurantista levada a cabo pelo ministro Cardia, o pagamento do 13.º mês, as medidas de austeridade, a situação económica, o congresso sindical, a política de unidade preconizada pelo nosso Partido, a luta contra o sectarismo e a cooperação com os socialistas foram alguns dos temas que motivaram as perguntas formuladas por muitos dos presentes ao camarada Álvaro Cunhal.

“A austeridade deve começar por aqueles que mais ganham, por aqueles que maiores rendimentos auferem” — salientou o secretário-geral do nosso Partido, antes da multidão irromper uma vez mais em aplausos. Relativamente à actual situação política, e respondendo a uma pergunta, o secretário-geral do nosso Partido frisou que “depois do 25 de Abril, já atravessámos momentos bem piores”, tendo apontado, em seguida, que ultimamente têm vindo a filiar-se no PCP muitos trabalhadores, muitos democratas, que iniciam agora uma nova fase de combate pela democracia rumo ao socialismo. A sessão encerrou com o “Avante camarada” e com a Internacional, hino do Partido.

EM PENICHE E VIEIRA

O camarada Álvaro Cunhal deslocou-se, entretanto, no passado sábado a Peniche, Vieira de Leiria e Marinha Grande, onde esteve presente em sessões integradas na campanha da FEPU para as autarquias locais. A imagem do entusiasmo e da determinação revolucionária com que dezenas de milhares de portugueses têm vindo a desenvolver o trabalho de apoio à FEPU e a certeza de que a Frente Povo Unido resulta, na verdade, de uma ampla actividade unitária, onde participam comunistas, socialistas e outros democratas, cujos objectivos assentam na unidade dos antifascistas em torno de um projecto de esquerda e na construção de um Portugal novo, livre, independente e democrático — ficaram uma vez mais, bem patentes ao longo destas sessões, que reuniram elevado número de pessoas.

“Contra a reacção, contra o fascismo, unidade total das forças progressistas”, lia-se numa das paredes da Associação de Educação Física, Cultural e Recreativa Penicense, onde decorreu uma sessão que registou a presença de cerca de 800 pessoas, na sua maioria pescadores, outros trabalhadores, mulheres e jovens. Sentaram-se na mesa que orientou esta sessão de esclarecimento, além do secretário-geral do nosso Partido, Belmiro Alves, pescador

e dirigente sindical; Domitília da Conceição Loureiro, operária conservadora e dirigente sindical; Osvaldo Castro, membro suplente do Comité Central do nosso Partido e da DORL; Francisco Lancinha, do CC da DORL; e Mário Xavier, membro da Comissão Distrital de Leiria. O actual presidente da Comissão Administrativa da Câmara de Peniche, Carlos Mota e Maria Conceição Vilar, ambos militantes do MDP/CDE e candidatos pela FEPU à Câmara Municipal, foram também convidados para a mesa. Depois de receber uma recordação das mãos de algumas crianças que subiram ao palco, momento vibrantemente assinalado pelos presentes, que lhe dispensaram uma calorosa ovação, o camarada Álvaro Cunhal iniciou uma breve intervenção começando por saudar o povo trabalhador, os pescadores, os trabalhadores em geral e todos os democratas da localidade. Após ter analisado, em linhas gerais, a situação actual no nosso país, a acção do Governo minoritário do PS, e o papel fundamental das eleições, no contexto político, para os órgãos do poder local, o secretário-geral do nosso Partido respondeu a mais de duas dezenas de perguntas relacionadas com aspectos de âmbito diverso: a posição do PCP face à visita do primeiro-ministro ao Brasil; a unidade de esquerda e acção dos socialistas; as rendas de casa e os problemas da habitação em geral; o desemprego; os números das colheitas alcançadas pelo trabalho dos camponeses empenhados na Reforma Agrária; as campanhas anticomunistas e anti-soviéticas desencadeadas em Portugal através de vários meios, nomeadamente a Televisão; a actividade e os objectivos da FEPU.

Antes de abandonar a sala, o camarada Álvaro Cunhal sublinhou a importância do voto nas listas da Frente Povo Unido, “a necessidade de que ninguém fique em casa no dia das eleições”, e ainda o facto de os “comunistas votarem nos três quadradinhos entrelaçados, embora com a foice e o martelo no coração”.

De Peniche, o camarada secretário-geral seguiu para Vieira de Leiria, para estar presente na sessão que decorria no Cine-Bar local e à qual assistiam várias centenas de pessoas. Usaram da palavra, António Cravo, membro da Comissão de Trabalhadores da Duarte Feteira e Saul Fragata, dirigente sindical dos metalúrgicos de Leiria. Referiram-se, respectivamente, à participação do nosso Partido na Frente Eleitoral Povo Unido e às medidas antioperárias decretadas pelo Governo. Faziam ainda parte da mesa, os camaradas José Jacinto, suplente do CC; Celso Dengucho, membro da Comissão Concelhia da Marinha Grande; José Augusto, da DORL; Carlos Lobo, da UJC; José Menezes Leira, membro da Comissão de Freguesia do nosso Partido de Vieira de Leiria; e Mário Pedrosa Filipe, dirigente sindical.

Também aqui em Vieira de Leiria, onde estará brevemente para um comício de esclarecimento, o camarada Álvaro Cunhal foi entusiasticamente saudado pelos presentes, tendo recebido uma recordação que lhe foi oferecida por crianças da localidade.

NA MARINHA GRANDE

Uma das maiores, senão a maior sessão de carácter político até agora levada a efeito na Marinha Grande, assinalou a presença do camarada Álvaro Cunhal nesta terra de fortes tradições revolucionárias. Um imenso bloco humano, que enchia por completo a Sociedade Recreativa de Beneficência “1.º de Janeiro”, explodiu de entusiasmo e vibração quando o camarada secretário-geral se aproximou da mesa da sessão, a qual iria ser igualmente composta pelo camarada José Jacinto, suplente do CC do PCP; Ilionova Cardeira, independente e candidata pela FEPU; José Leonel, da Comissão Concelhia da Marinha Grande do nosso Partido; José Augusto Esteves, da DORL e Manuel Oliveira, do Comité Vidreiro.

Após Ilionova Cardeira ter lido uma saudação dirigida aos militantes comunistas, falou, de improviso, o camarada Álvaro Cunhal que traçou uma perspectiva geral da situação política, económica e social do nosso país, tendo, seguidamente, respondido a todos quantos solicitaram o microfone, e desenvolvido esta ou aquela questão levantada pelos presentes. As pensões dos reformados; os salários da juventude trabalhadora;

a propaganda eleitoral do PS na Televisão; a acção do Governo face às autarquias locais após a realização das eleições; a Constituição; as calúnias lançadas pela direcção do Partido Socialista contra o nosso Partido; os orçamentos do Estado; o não reconhecimento, por parte de um juiz, das listas propostas pelo Povo Unido em Torres Vedras, foram alguns dos temas levantados pelas perguntas. A propósito do programa da TV onde esteve presente o primeiro-ministro, seria sublinhada a demagogia eleitoralista do dr. Mário Soares, que ainda há bem pouco tempo apregoava aos sete ventos que existiam em Portugal cerca de 600 mil desempregados; recentemente, perante as câmaras da Televisão, veio dizer aos portugueses que só existiam 200 mil desempregados! Será que, tal como interrogou o camarada Álvaro Cunhal, o Governo PS, conseguiu arranjar 400 mil novos postos de trabalho? Como? Com a política de recuperação capitalista? Com a liberalização dos despedimentos? Com a submissão de Portugal ao imperialismo? Com cedências aos capitalistas e aos agrários?

NO ALENTEJO

“Podemos dizer que quando escrevemos a carta já sabíamos a resposta. Porque escrevemos então essa carta? Escrevemo-la porque pensamos que é tempo de que todos aqueles que se dizem antifascistas se unam para fazer frente à reacção. E apesar de todos os ataques que nos faz a direcção do PS, ataques que muitas vezes não são menores do que aqueles que faz o CDS e o PPD, nós estamos dispostos a discutir, a ver com os socialistas, nas fábricas, nos campos, nas herdades, onde quer que seja, até no Governo, o que é que se pode fazer em comum para defender os interesses dos trabalhadores”.

Foi assim que o camarada Álvaro Cunhal respondeu à pergunta formulada por uma pessoa que assistia à sessão de esclarecimento de apoio à Frente Povo Unido, promovida, no passado dia 3, em Benavente, e que pretendia saber qual a opinião do nosso Partido face à recusa da direcção do PS em se avistar com o Comité Central do PCP, para em conjunto, ser analisada a actual situação política, caracterizada, como se sabe, por uma ofensiva das forças reaccionárias, cujo objectivo assenta na recuperação capitalista, agrária e obscurantista, ao mesmo tempo que se assiste, cada vez com mais intensidade,

à violação dos direitos dos trabalhadores e da Constituição, lei fundamental do país.

Ainda respondendo à mesma pergunta, o camarada Álvaro Cunhal, que foi entusiasticamente saudado e aplaudido pela população de Benavente, acentuou que “o que não compreendemos é que numa situação tão grave como esta — quando vemos a reacção a procurar avançar e atacar a Reforma Agrária e as liberdades; os bombistas e os pides a serem libertados —, nós, como partido antifascista, com tradições de luta como nenhum outro tem, propomos a um outro partido que se afirma antifascista, democrático e socialista: sentemo-nos a uma mesa, vamos a ver o que se pode fazer — e eles dizem: não. Eles dizem não, mas nós estamos convencidos que muitos socialistas compreenderão que quem tem razão são os comunistas, ao propor o entendimento, a unidade”.

De Benavente, o secretário-geral do nosso Partido seguiu para o Couço. À semelhança do que aconteceu nas outras localidades, também aqui o camarada Álvaro Cunhal foi calorosamente recebido pelos trabalhadores, tendo caracterizado, em breves palavras, a actual fase do processo democrático e respondido a diversas perguntas postas pelos presentes.

Milhares de trabalhadores alentejanos, na sua esmagadora maioria camponeses e empregados, acorreram, entretanto, no passado domingo ao Pavilhão Gimnodesportivo de Beja, para assistir ao comício de apoio à Frente Eleitoral Povo Unido, a que esteve presente o camarada Álvaro Cunhal.

A multidão que participou nesta inesquecível jornada de entusiasmo e firmeza revolucionária, apreciou, antes do período de intervenções, um espectáculo com cores e danças da União Soviética, que proporcionaram momentos de grande vibração e alegria. Além do camarada Álvaro Cunhal, falaram nesta sessão Manuel Chaveiro, dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos do distrito de Beja e um camarada da UJC, Augusto Barreto.

No mesmo dia, o camarada secretário-geral esteve em Entradas, Castro Verde e Aljustrel, onde participou em sessões de apoio à Frente Povo Unido, as quais registaram entusiástica audiência popular.

EM ALVERCA

“O PCP não precisou, não precisa, nem precisará nunca, sejam quais forem as condições de



Em Alverca



Em Montemor-o-Novo

luta, de se esconder ou encapotar. As calúnias e as provocações, temos de responder com a serenidade e lucidez que nos advêm de termos a razão pelo nosso lado”, salientou o candidato da Frente Povo Unido à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Daniel Branco, no decorrer da sua intervenção na sessão de esclarecimento

promovida na passada segunda-feira, pelo PCP, no cine-teatro de Alverca, onde esteve presente o camarada Álvaro Cunhal. Também presentes na mesa, os camaradas Francisco Miguel, Abaim Inglês, Alda Nogueira, Armando Morais, Severiano Falcão e Vitor Bento, todos do Comité Central do Partido.

Perante cerca de mil pessoas, sem contar com as que, apesar da chuva que caía, escutaram as intervenções dos oradores através dos altifalantes instalados no exterior, o camarada Daniel Branco, que é membro da Comissão Concelhia de Vila Franca do PCP, revelou que dos 175 candidatos apresentados nas listas da Frente Povo Unido no concelho, 87 são militantes comunistas, 73 independentes, 12 são militantes do MDP/CDE e 3 são socialistas.

Depois de destacar a importância das eleições para os órgãos do poder local, das quais depende que as administrações das juntas e das câmaras possam ou não vir a defender os legítimos interesses das populações, o camarada Álvaro Cunhal, efusivamente aclamado pelos presentes, sublinhou a necessidade urgente de desmilitar a confusão levantada pelas foice e martelos que vão aparecer — abusivamente usados por grupelhos provocatórios de extrema-direita, denominados MRPP e PCP (ML) — nas listas de voto. No decorrer do período de perguntas e respostas, o secretário-geral do nosso Partido esclareceu problemas de âmbito diverso, relacionados, nomeadamente, com a acção do juiz de Torres Vedras, com a luta dos camponeses da Lobata e com o recente programa de Televisão a que esteve presente o Primeiro-Ministro. As considerações prestadas no passado fim-de-semana, no Alentejo, pelo ministro da Agricultura, António Barreto, foram assim comentadas pelo camarada secretário-geral: “É um discurso lamentável. É difícil falar com mais odio aos trabalhadores. De tal maneira que muitos agrários gritaram, com o punho esquerdo erguido, PS, PSI!”

NO DISTRITO DE SETÚBAL

Entretanto, o camarada Álvaro Cunhal deslocou-se no passado dia 1 ao distrito de Setúbal onde, em Ermidas, Grândola e Barreiro, participou em comícios promovidos pelo PCP de apoio às listas da Frente Povo Unido. Anteriormente, o camarada secretário-geral voltou à região setubalense, tendo estado presente em sessões que decorreram em Almada e Setúbal.

Em Ermidas, cerca de 1500 trabalhadores desta freguesia e de outras terras dos arredores concentraram-se de manhã no largo da aldeia para saudar calorosamente Álvaro Cunhal e manifestar com a sua presença o apoio às listas da FEPU. Entre os participantes destacavam-se os trabalhadores das minas do Louzal, das Unidades Colectivas de Produção, notando-se igualmente uma grande participação de mulheres. A abrir o comício falou um elemento da Comissão Distrital da FEPU que encabeça a lista à Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, Modesto Pereira. Na sua intervenção referiu-se aos objectivos da FEPU pondo em relevo a ampla participação das populações, em diálogo aberto, na elaboração dos programas e na constituição das listas da FEPU. Interviu a seguir Álvaro Cunhal.

Prosseguindo a sua deslocação, Álvaro Cunhal participou à tarde, em Grândola, num comício que, apesar de decorrer debaixo de uma chuva intensa, tal como o de Ermidas, contou com a presença de milhares de pessoas. António Mendes, presidente da actual



Em Alcântara



Em Aljustrel



Em Peniche

(Continuação da pág. 4)

Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Grândola, e candidato das listas da FEPU à presidência da Câmara, interveio salientando o trabalho desenvolvido durante os últimos dois anos pela Comissão Administrativa do município em defesa dos interesses da população e salientando que são estes e outros homens e mulheres conhecidos do povo que se propõem, nas listas da FEPU, continuar a servir o povo. "Os candidatos do Povo Unido — afirmou — não se apresentam aos eleitores com promessas demagógicas; fazem uma política de verdade." Falando em seguida, Álvaro Cunhal sublinhou, nomeadamente, a possibilidade de com uma grande votação no Povo Unido se assegurar a modificação da política nacional no sentido de uma política de esquerda.

GRANDE COMÍCIO NO BARREIRO

No Barreiro, num comício realizado na antiga Cordoaria Nicola com a participação de cerca de 6000 pessoas, intervieram antes de Álvaro Cunhal, Hermenegilda Pereira, do CC do PCP e deputada à Assembleia da República, Carlos Ramalhes, suplente do CC, e Helder Madeira, ex-governador civil de Setúbal. Foram lidas várias moções de apoio à FEPU.

Frequentemente interrompido pelos aplausos da assistência, o secretário-geral do PCP referiu-se, no decurso da sua intervenção, à actual etapa da Revolução Portuguesa, que exige, "tal como sucedeu nas eleições para a Assembleia da República, derrotar o CDS e o PPD" — os representantes e organizações políticas das grandes capitais e das grandes agrárias, da gente da CAP e da CIP. Analisou, em seguida, a actuação do PS, a política económica do Governo, a ofensiva contra a Reforma Agrária e a luta pela unidade das forças democráticas.

A encerrar o seu discurso no comício do Barreiro, Álvaro Cunhal, referindo-se às próximas eleições para as autarquias locais, assinalou:

Votar nas listas do Povo Unido é a melhor forma de lutar eficazmente em defesa dos interesses dos trabalhadores, da Reforma Agrária, das nacionalizações, do controlo operário e da Independência nacional, da democracia a caminho do Socialismo.

NA COVA DA PIEDADE AMORA E SETÚBAL

As eleições de domingo, em que serão escolhidos os órgãos representativos das autarquias locais, representam uma batalha importante, uma das mais importantes na luta travada desde o 25 de Abril, pois dela pode depender o futuro da democracia e da Revolução portuguesa e, consequentemente, das conquistas alcançadas pelo povo.

Uma votação maciça na Frente Eleitoral Povo Unido é a contribuição segura e certa para reforçar a unidade contra toda uma política que não tem em conta os mais legítimos interesses dos trabalhadores e pratica mesmo a recuperação capitalista.

Abordando detalhadamente estes dois aspectos, o camarada Álvaro Cunhal participou antontem em sessões de esclarecimento na Sociedade Artística União Filarmónica Piedense, no pavilhão gimnodesportivo da Escola Preparatória Paulo da Gama, na Amora, e ainda num comício da Frente Povo Unido em Setúbal, no Clube Naval, perante milhares de pessoas que nas três localidades encheram as salas.

Frísando que "a maré da Frente Eleitoral Povo Unido está a subir", pois mesmo no Norte as populações cada vez mais reconhecem quem pode defender na realidade os seus interesses, Álvaro Cunhal não deixou de apontar a necessidade de que cada pessoa ali presente procurasse trazer outros portugueses a darem o seu voto à Frente Eleitoral Povo Unido.

Fundamentando a importância de uma grande votação salientou que se tal não se verificar dará ainda mais alento às forças reacţionárias nos seus intentos de derrubarem a Revolução, ao mesmo tempo que os dirigentes do PS poderão prosseguir com novo vigor a política antipovo que tem



caracterizado a sua actuação governamental.

O perigo do divisionismo, novamente tentado pelos esquerdistas, foi outro dos pontos desenvolvidos. A divisão de votos — recordou — apenas favorecerá os intuitos da direita reacţionária que ao constatar uma fraca votação na FEPU de imediato se lançariam para novas exigências e para uma escalada na sua luta contra a Revolução e as conquistas do povo trabalhador.

Dirigindo-se, especialmente, aos militantes e simpatizantes comunistas, alertou para o facto desta vez, "a verdadeira foice e o martelo não aparecerem nos boletins de voto", pois o PCP apoia a Frente Eleitoral Povo Unido, cujo símbolo são três quadrados entrelaçados. As foices e martelos que nalguns boletins aparecem, pertencem a grupelhos provocatórios.

Nas perguntas que se sucederam tanto na Cova da Piedade como na Amora foi visível a preocupação dos presentes pela situação económica e pelas liberdades. Várias perguntas focaram essencialmente o pagamento do 13.º mês em títulos do Estado e se os membros do Governo também receberiam dessa forma. Outro assunto que preocupa os trabalhadores é a questão dos empréstimos externos e o esgotamento das divisas e das reservas de ouro.

AO POVO DA REGIÃO DE LISBOA

A DORL do PCP difundiu no passado dia 4 o seguinte apelo, dirigido «Ao povo da região de Lisboa»:

«As próximas eleições do dia 12 de Dezembro, para as Autarquias Locais (CÂMARA MUNICIPAL, ASSEMBLEIA MUNICIPAL, ASSEMBLEIA DE FREGUESIA) são não só uma importante batalha pela defesa das condições de vida e do bem-estar social das populações como também uma importante batalha pela defesa e consolidação da Democracia e das conquistas revolucionárias dos trabalhadores e do povo português.

A reacção pretende o aproveitamento destas eleições para recuperar ou manter posições no aparelho administrativo.

Nos 50 anos de fascismo e obscurantismo nunca essas forças se preocuparam com a resolução dos problemas locais.

Pelo contrário, em 2 anos e meio de regime democrático, as forças progressistas, homens e mulheres de diversas tendências políticas, embora deparando com uma situação caótica nestes órgãos, meteram ombros à difícil tarefa de, em conjunto com as populações, dar satisfação rápida a aspirações há muito sentidas, tais como: melhoria de transportes e vias de comunicação, saneamento básico, creches e jardins de infância, escolas, etc.

Esta experiência unitária de esforços conjugados na resolução de problemas locais é a base na qual o PCP decidiu apoiar e animar a constituição da Frente Eleitoral Povo Unido.

Os inúmeros programas das listas da Frente Eleitoral Povo Unido, são já uma garantia do profundo conhecimento das necessidades das

populações e uma garantia do empenhamento dos candidatos da Frente Eleitoral Povo Unido na sua satisfação.

Toda a movimentação popular que está na base da elaboração dos programas bem como a larga adesão de apoio às listas da Frente Eleitoral Povo Unido atestam já uma primeira vitória das forças progressistas do nosso País.

Votar na Frente Eleitoral Povo Unido é votar no melhoramento da qualidade de vida das populações que a Constituição da República consagra.

Os militantes comunistas, os simpatizantes do PCP, os aliados do PCP, todos aqueles que pretendem o progresso da nossa terra, devem votar na Frente Eleitoral Povo Unido, cujo símbolo é: três quadrados entrelaçados.

O PCP esclarece que nestas eleições irão aparecer nos boletins de voto, foices e martelos que nada têm a ver com o PCP. São foices e martelos utilizados por agrupamentos provocatórios (MRPP, PCP"mi") que só visam uma vez mais confundir o eleitorado.

Votar na Frente Eleitoral Povo Unido é votar no controlo operário, nas nacionalizações, na Reforma Agrária, na defesa das condições de vida dos trabalhadores, é votar contra a subida dos preços dos géneros alimentícios e dos transportes, é votar contra o 13.º mês pago em títulos do Estado, é votar contra a lei dos despedimentos, é votar pelo desmantelamento do terrorismo, pelo julgamento e condenação dos pides, pela ordem democrática e a segurança dos cidadãos, é votar pela consolidação da democracia a caminho do socialismo.

Votar na Frente Eleitoral Povo Unido é votar por um Portugal livre, próspero e independente.

Ruy Luís Gomes no Porto: «AVANTE POR UMA GRANDE VITÓRIA DA FEPU!»

A vitória da Frente Eleitoral Povo Unido abrirá o caminho não só para assembleias da freguesia de esquerda, assembleias municipais de esquerda e câmaras municipais de esquerda, mas também — num futuro mais ou menos próximo — para um governo de esquerda, único que pode e há-de resolver os grandes e prementes problemas nacionais, friso o camarada Carlos Costa — membro do Secretariado e da C. Política do CC do PCP e da Comissão Coordenadora Nacional da FEPU — no comício realizado no Palácio de Cristal, no Porto, onde participaram muitos milhares de cidadãos.

Unir para construir é um dos objectivos que se propôs atingir a Frente. Apesar de inúmeros obstáculos, de uma intensa campanha de calúnias e de entraves de vária ordem, a FEPU afirma-se cada vez mais como uma poderosa e viva expressão do profundo sentimento unitário de muitas centenas de milhar de homens interessados em impedir o regresso ao passado e na construção de um regime democrático rumo ao socialismo.

Impossibilitada de realizar, no primeiro dia da campanha eleitoral, uma grande jornada de esclarecimento, de unidade e de mobilização, a FEPU promoveu um importante comício. Na mesa encontravam-se candidatos às assembleias e câmaras municipais do distrito e da cidade do Porto, Carlos Costa e o professor Ruy Luís Gomes,

primeiro candidato à Assembleia Municipal daquela cidade, que presidiu.

INFLIGIR UMA DERROTA AO CACIQUISMO

No início, foi lida pela engenheira Virgínia Moura uma carta do professor José Morgado, que não pôde estar presente, na qual aquele destacado cientista e lutador antifascista, declarava:

Uma larga votação nas listas do Povo Unido é necessária para fazer recuar, a reacção, para infligir uma derrota ao caciquismo, para correr com os manipuladores de eleições, para eliminar o compadrio, para castigar a corrupção, para acabar com a arrogância enfatuada dos incompetentes, para liquidar os restos fascistas que, ainda, sujam a nossa terra.

Depois de um breve improviso do reitor da Universidade do Porto, o dr. António Macedo Varela, candidato à Assembleia Municipal do Porto, realçou a grande importância do acto eleitoral que se realiza no domingo e denunciando os intentos e projectos das forças reacţionárias afirmou:

A reacção conhece os perigos que para ela constitui a unidade popular, a Frente Eleitoral Povo Unido.

É por isso que fomenta a desestabilização, a boataria, as irregularidades, os atropelos à lei e à Constituição, as

provocações, em suma todo o manancial de «jogo baixo» em que a reacção sempre foi e continua a ser fértil.

CONQUISTAR UMA GRANDE VOTAÇÃO

Podemos dizer, salientou o dr. Cassiano Abreu, candidato à Assembleia Municipal do Porto, que nestas eleições — muito mais do que em qualquer outras após o 25 de Abril — se entrelaçam as grandes questões nacionais e as pequenas questões locais; os interesses imediatos e os interesses a médio e a longo prazo dos trabalhadores e das massas populares.

Apontando inúmeros exemplos concretos, o candidato da Frente à Assembleia Municipal do Porto referiu que o ultrapassar de inúmeras carências, a resolução de muitos problemas e a satisfação de reivindicações populares depende do êxito ou do insucesso das forças democráticas e progressistas, depende muito dos êxitos ou dos insucessos da Frente Eleitoral Povo Unido.

Maria Odete Rocha, candidata à Assembleia Municipal, defendeu na sua breve intervenção a participação activa das mulheres na luta na vida social do país. Recordando que as mulheres representam mais de metade do eleitorado fez um apelo para que, no próximo domingo, votem naqueles que lhes dêem reais garantias de que nas autarquias defenderão intransigente e consequentemente os interesses populares.

UNIDADE NECESSÁRIA E URGENTE

Muitos socialistas compreenderam já que a unidade de toda a esquerda (comunistas, socialistas, democratas, homens progressistas com ou sem partido) é necessária e urgente, afirmou a dado passo da sua intervenção Carlos Costa, que sublinhou estar condenada ao fracasso a política sectária e divisionista da direcção do PS. A propósito da reacção de alguns dirigentes do PS à participação de inúmeros militantes socialistas nas listas da Frente, declarou:

Zangaram-se muito por eu ter afirmado no Congresso do meu Partido que, um pouco por toda a parte, havia socialistas nas listas da Frente. Contudo, há reacţionários conhecidos do PPD e do CDS nas listas do PS nos distritos de Setúbal, Beja, Portalegre e Évora. Por exemplo, o primeiro candidato do PS em Campo Maior é um conhecido reacţionário do CDS. Com esta situação não se zangaram!

Seguidamente apontou exemplos concretos confirmando que no total dos candidatos apresentados nestas eleições pela Frente Povo Unido, a maioria não são militantes do PC, nem do MDP, nem da FSP.

Mais adiante, depois de ter criticado severamente a escandalosa sessão de propaganda partidária feita na TV pelo dr. Mário Soares, Carlos Costa referiu que os partidos da direita reacţionária (PPD e CDS) na imensa maioria das terras limitam-se a apresentar listas e a caluniar os candidatos da FEPU. Nem precisam de dizer mais nada, declarou. De facto, acrescentou, o seu programa podia resumir-se a duas frases: «regresso ao 24 de Abril!», «regresso dos caciques, já!»

PELA VITÓRIA DA FEPU

Sintetizando os grandes objectivos do momento, o professor Luís Gomes afirmou ao terminar o comício: A luta continua! Avante, por uma grande vitória da FEPU! No decurso do comício, foram aprovadas algumas

moções. Numa delas, os milhares de cidadãos presentes protestavam vigorosamente contra os abusos do poder, o não cumprimento da lei e as discriminações de que a candidatura da FEPU tem sido vítima, reclamando da Comissão Nacional de Eleições medidas urgentes para repor a legalidade e permitir a igualdade de tratamento das candidaturas em confronto.

Noutra moção a propósito da sessão de propaganda partidária feita na RTP pelo dr. Mário Soares, durante a qual violou a lei eleitoral e a Constituição, aproveitando os canais da TV para lançar calúnias contra a FEPU e as organizações que a constituem, os milhares de presentes no comício exigiram que a Frente Eleitoral Povo Unido tenha o direito de responder, no período desta campanha eleitoral, e, através dos mesmos meios de comunicação social, aos ataques que lhe foram dirigidos pelo secretário-geral de um dos partidos concorrentes a estas eleições.

COMÍCIO-FESTA EM COIMBRA

Num ambiente entusiástico decorreu, na noite de ontem, em Coimbra, com a presença de alguns milhares de pessoas um Comício-Festa Popular promovido pela Comissão Concelhia da FEPU.

Após um jantar volante, seguiu-se uma sessão de canto livre em que participaram Arnaldo de Carvalho e Manuel Freire.

O primeiro orador da noite foi Armelino Molit, candidato à Assembleia Municipal, que após ter feito referência à larga participação de independentes e membros de outros partidos para além dos que apoiam a FEPU, nomeadamente do PS, nas listas da Frente, protestou contra certas referências caluniosas de membros do Governo ao carácter, segundo eles, partidário da Frente que consideram uma capa do PCP. Terminou apelando para o voto

maciço na FEPU nas próximas eleições.

De seguida Severo de Melo, candidato à Câmara Municipal, num importante improviso teve várias considerações sobre a actual situação política referindo-se atentamente à posição dos vários partidos perante as próximas eleições e à importância que, perante a ameaça das forças da direita representa a constituição da FEPU como organização unitária e progressista de esquerda.

A encerrar o período das intervenções usou da palavra Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP.

Após ter sido aprovada pelos presentes uma moção apresentada pelo MDM, a Festa prosseguiu com nova sessão de canto livre prolongando-se com um baile popular pela noite dentro.

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

A distribuição de «O Militante» assenta nos Centros de Trabalho (e nas assinaturas). É indispensável que os organismos do Partido, desde os mais responsáveis aos menos responsáveis, organizem a venda de «O Militante» pelas respectivas organizações.



No Palácio de Cristal

NA HORA DE VOTAR

No curto espaço de tempo dedicado à campanha eleitoral muitos foram os atropelos à liberdade e à democracia que visaram quase exclusivamente — se não mesmo exclusivamente — a Frente Eleitoral Povo Unido.

Recordemos alguns casos: Em Acalvelhe, no concelho de Bragança, um pequeno grupo de pessoas impediu a população daquela terra de assistir a uma sessão da FEPU; na freguesia de Cedofeita, Porto, foi impedida a realização de uma sessão de esclarecimento na Escola Primária n.º 78; a Frente foi impossibilitada de utilizar as salas do pavilhão do Académico, do Coliseu e do Rivoli, apesar das mesmas lhe terem sido atribuídas para a realização de sessões; em Matosinhos, guardas da PSP, invocando ordens do «chefe Moreira», procuram obter informações junto da Comissão de Gestão do liceu local sobre um comício ali realizado; em Torres Novas fez-se um autêntico «auto de fé» a cartazes da Frente, que foram arrancados das paredes e queimados na praça pública; um juiz de passado mais que duvidoso — o da comarca de Torres Vedras — indeferiu injustificavelmente as listas da FEPU em três concelhos com um total de 60000 eleitores; na Parede, Lisboa, cerca de mil pessoas tiveram de assistir a um comício num parque infantil e à chuva porque a Sociedade Musical União Paredense se recusou a ceder a sala, requisitada ao abrigo da legislação vigente; no Porto, por ordem da Comissão de Gestão da Câmara, trabalhadores municipais, guardados pela polícia, arrancaram cartazes do «Povo Unido»; etc.; etc.; etc.

São apenas alguns exemplos mais recentes, colhidos ao acaso. Para não falar das calúnias feitas à Frente Eleitoral Povo Unido de que as palavras do Primeiro-Ministro na televisão são um lamentável testemunho. Para não falar dos locais onde, como aconteceu no distrito da Guarda, os reacţionários do PPD e do CDS levaram os subscritores das listas da FEPU e do PS em Linhares, freguesia de Celorico da Beira, a demitirem-se colectivamente sob a pressão de ameaças, calúnias e clima de terror. Tudo em nome do «único partido de Cristo na Terra» — o CDS, claro!

E, lamentavelmente, nunca ou quase nunca se assistiu a uma tomada de posição firme e correcta por parte das autoridades responsáveis por criar as condições indispensáveis a um acto eleitoral sério, num clima de liberdade e de democracia.

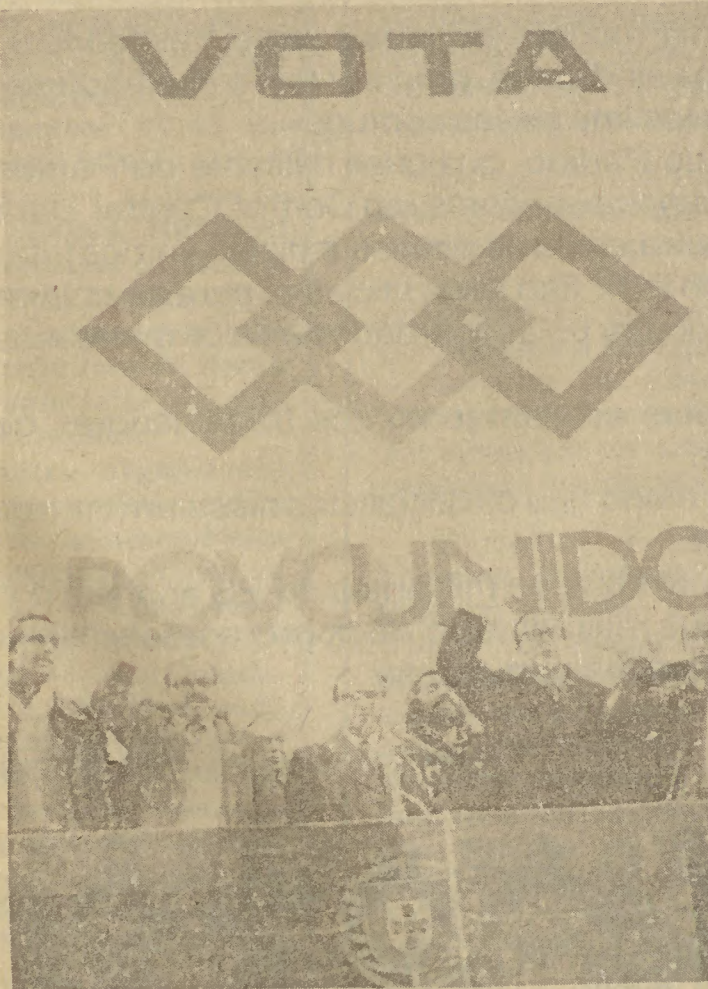
Pequena, embora, no tempo, a presente campanha eleitoral foi sem dúvida gigantesca no esforço, dedicação e espírito de sacrifício que exigiu a quantos nela participaram pela Frente Eleitoral Povo Unido. No fundo, uma pequena amostra do muito que estão dispostos e podem fazer — se para isso tiverem meios e o apoio das populações — os milhares de homens e mulheres honestos e capazes que sob o signo da FEPU ou de listas unitárias propostas por grupos de cidadãos eleitores agora se candidatam às autarquias locais.

Nas mãos das massas populares, nas mãos de todos nós, está a possibilidade de os eleger e assim garantir a defesa dos interesses das populações, a defesa da democracia, a defesa de um futuro melhor.

Durante esta curta e ao mesmo tempo tão grande campanha eleitoral eles falaram com as populações, discutiram programas, apresentaram caminhos para uma vida melhor e mais justa. Têm por si o seu passado e a coragem, dedicação e confiança com que encaram o futuro. Sabemos já que são pessoas que trabalham e estão dispostas a continuar a trabalhar em prol da comunidade.

Em quem votar é uma decisão que cabe a cada um de nós. Escolher conscienciosamente aqueles em quem se vota é um dever de todos.

Amigo, camarada, cidadão eleitor. Tu, que trabalhas; tu, que és honesto; tu, que queres uma sociedade mais justa, antes de votares pensa no que foram no passado e no que são no presente as pessoas que podes eleger. A escolha não será difícil. Porque só uns poderão encarar-te de cara levantada. E esses serão os candidatos das listas unitárias, os candidatos da Frente Eleitoral Povo Unido!



O professor Ruy Luís Gomes (no centro) presidiu ao comício do Palácio de Cristal

VOTAR FEPU PARA D



ERRO: VOTAR PS, PPD, CDS OU GDUPS CERTO: VOTAR FEPU!

Votar no CDS e no PPD, ou em agrupamentos contra-revolucionários neonazis, mesmo que usem a foice e o martelo, é votar contra a democracia portuguesa, é votar para a recuperação das empresas pelos capitalistas, e pelos agrários, é votar pelo regresso dos Mello, dos Champalimaud, dos Espírito Santos & C.^ª.

Votar no PS é votar na política do Governo actual, política que não está ao serviço dos trabalhadores, política de defesa dos interesses dos capitalistas e dos agrários.

Votar nos Gdups é votar nos aventureiros e divisionistas, que falam muito em revolução mas que servem de facto a reacção. Cada voto dado aos Gdups enfraquece a luta dos trabalhadores na defesa dos seus interesses e a luta dos trabalhadores e dos democratas na defesa das conquistas da Revolução.

Mas não tenhamos a menor dúvida. Se a lista Povo Unido não tiver uma boa votação, as forças reaccionárias tirarão daí imediatamente a conclusão de que podem exigir a formação de um governo mais à direita, que podem atacar ainda mais violentamente a Reforma Agrária, que podem intensificar a exploração dos trabalhadores, que podem formar um governo reaccionário, abertamente reaccionário.

Ao contrário, uma grande votação nas listas "Povo Unido" é hoje, nas condições actuais, uma das melhores formas de defendermos a democracia e os interesses dos trabalhadores.



Álvaro Cunhal na campanha eleitoral

UNIA

Alguns exemplos da pacificação pertencentes ao PCP e MD

Assembleia Municipal de Lousã	
» » de Porto de Mós	
» » de Póvoa de Varzim	
» » de Penafiel	
» » de Peniche	
No conjunto das Assembleias Municipais do Distrito de Lisboa	
Câmara Municipal de Guimarães	
» » de Cantanhede	
» » de Vieira do Minho	
» » de Caldas da Rainha	
» » da Nazaré	
No conjunto das Assembleias de Freguesia do Distrito de Lisboa	
» »	
» »	
» »	
» »	
» »	
» »	
» »	



O PCP não tem medo da unidade! O PS tem!

O nosso Partido não receia antes pelo contrário, procura que os seus militantes se unam na acção comum a homens e mulheres de outros partidos, de outras tendências políticas.

O nosso Partido diz aos seus militantes: «Procurai, em toda a parte, nas fábricas, nas empresas, nos campos, nas escolas, nos sindicatos, procurai unir trabalhadores, procurai unir democratas, na luta comum pelos interesses comuns».

Qualquer organização, qualquer célula do Partido, qualquer militante do Partido não precisa de pedir autorização dos organismos superiores, ao Comité Central, para se abeirar de um trabalhador de qualquer outra corrente política e dizer «vamos lutar em comum». As organizações e militantes do PCP têm larga iniciativa para se unirem a outros democratas, para avançar na luta comum pelas liberdades e pelos interesses dos trabalhadores.

Nós não temos receio que os comunistas estejam junto dos trabalhadores ou democratas de quaisquer outras tendências.

Mas parece que os dirigentes do PS têm medo que os socialistas discutam com os comunistas e se aproximem dos comunistas.

Têm receio, receio da verdade. Têm receio que os militantes do PS acabem por compreender que a nossa política é aquela que realmente corresponde aos interesses dos trabalhadores e aos interesses da democracia portuguesa.

Álvaro Cunhal na campanha eleitoral



DEFENDER A DEMOCRACIA

VERDADE!

da participação de candidatos não
nem MDP/CDE, nem à FSP:

	91 %
	90 %
	52 %
	56 %
	93 %
	51 %
	75 %
	70 %
	70 %
	73 %
	75 %
	49 %
	62 %
	66 %
	75 %
	75 %
	60 %
	56 %
	50 %
	73 %



Frente Eleitoral Povo Unido
conce com listas para Câmaras
Municipais em 273 dos 274
concelhos do Continente,
abrangendo 99,95 do eleitorado.

As listas para as Assembleias
Municipais, apresentadas em 272
concelhos, abrangem 99,45 do
eleitorado do Continente.

Foram aceites as listas da
FEL para a Câmara Municipal
e Assembleia Municipal no Sardoal
e a Assembleia Municipal em
Vila Nova de Ourém por não
famos a entrega fora de horas,
e o PS o tenha feito e as suas
listas tenham sido aceites.

Nenhuma outra organização
pode concorrer a estas eleições
apresentando listas para as Assembleias
e Câmaras Municipais com tal
cobertura a nível do Continente:
citar a título de exemplo os
distritos de Beja, Lisboa, Guarda,
Coimbra, Viseu e Vila Real, onde
o PS concorre na totalidade dos
órgãos municipais, podendo para os
restos concorrentes enumerar-se
igual maior número de distritos
onde acontece: o PPD concorre
a mais de 40 Câmaras e Assembleias
Municipais e o CDS a pelo menos 33
Câmaras Municipais e 66
Assembleias Municipais.

As declarações do Primeiro-Ministro na TV acerca da FEPU

O DR. MÁRIO SOARES NÃO TEM RAZÃO MAS O GOVERNO NÃO QUER QUE O POVO O SAIBA!

A exemplo do que se passava no regime fascista, em que apenas os governantes podiam falar, o secretário de Estado da Comunicação Social negou o direito de resposta, na RTP, à Frente Eleitoral Povo Unido, que pretendia repór, perante todo o povo português, a verdade sobre as afirmações que o dr. Mário Soares ali proferira, intervindo directamente na campanha eleitoral.

Transcrevemos a seguir o texto que a FEPU pretendia ler na televisão para que os nossos leitores melhor possam compreender as razões da censura feita pelo dr. Manuel Alegre — que residem no facto do dr. Mário Soares não ter razão.

“Estamos hoje aqui na Televisão para repór a verdade sobre a Frente Eleitoral Povo Unido, verdade que aqui foi deturpada pelo Primeiro-Ministro numa infeliz e lamentável interferência na campanha eleitoral, que lhe estava vedada pela lei eleitoral que assinou com o seu próprio punho.

Não estamos aqui para hostilizar qualquer força política e muito menos para hostilizar democratas.

Estamos aqui apenas para que o Povo português tenha acesso à verdade.

Não respondemos a insinuações com novas insinuações, a calúnias com novas calúnias.

A nossa concepção do que deve ser a vida democrática do País, o respeito que temos pelo Povo português, impedem-nos de seguir por esse caminho.

Somos pela serenidade contra a exaltação, pelo diálogo contra a intolerância, pela seriedade contra a demagogia, pela unidade democrática contra a divisão.

O Primeiro-Ministro disse que a Frente Eleitoral Povo Unido era um disfarce do PCP.

Mas a verdade é que o Primeiro-Ministro não tem razão.

O Primeiro-Ministro não tem razão porque é público, é notório, é do conhecimento geral, tem sido afirmado constantemente em documentos, conferências de imprensa, entrevistas, comícios e sessões de esclarecimento que o PCP integra e apoia a Frente Eleitoral Povo Unido, tal como o MDP/CDE, a FSP e numerosas personalidades independentes.

Nada está portanto escondido ou disfarçado. Tudo está bem à vista para quem quiser olhar sem preconceitos.

Não tem razão o Primeiro-Ministro, porque além de comunistas, de militantes do MDP e da FSP, participam em todo o País nas listas do POVO UNIDO muitos milhares de homens e mulheres sem qualquer filiação partidária e ainda muitos filiados em outras organizações, nomeadamente militantes socialistas, que sem quebra dos seus princípios e ligações partidárias, entenderam que a melhor maneira de derrotar a reacção e abrir caminho para a resolução dos problemas das suas terras era aderirem ao processo unitário que tem expressão na Frente Eleitoral Povo Unido.

Basta, a título de exemplo, referir que nas listas do POVO UNIDO para as Assembleias de Freguesia mais de 60 % dos candidatos são independentes. Basta, a título de exemplo, referir que há listas em que a percentagem de socialistas sobe a 30 %.

Finalmente, o Primeiro-Ministro não tem razão ao imaginar disfarces ou outras atitudes menos claras. Disfarces para quê?

A formação da Frente Eleitoral Povo Unido baseia-se no exercício de um direito consagrado na Constituição e regulado na própria lei elaborada pelo Governo, direito que não pode ser contestado, a não ser que se queira contestar a Constituição e as liberdades democráticas.

A Frente Eleitoral Povo Unido são os milhares de homens e mulheres, de muito diversas correntes de opinião, que desejam a unidade simbolizada nos três quadradinhos entrelaçados do POVO UNIDO.

A Frente Eleitoral Povo Unido é um poderoso movimento de milhares de homens e mulheres que não comandam nem são comandados por ninguém pela simples razão de que a sua unidade se realizou na base dos problemas locais que defrontam e na base da sua vontade comum de os resolver.

A grande realidade da Frente Eleitoral Povo Unido está na atitude patriótica de milhares de homens e mulheres, de firmes sentimentos democráticos, que pensam justamente que não é com calúnias, desconfianças e divisões entre democratas que se defenderá a liberdade e a democracia mas sim com respeito mútuo, com acção comum, com unidade, com a mesma unidade que permitiu o 25 de Abril.

Os milhares de candidatos que não são comunistas, que têm outras opiniões, mas trabalham lado a lado com os comunistas na Frente Eleitoral Povo Unido têm direito que as suas convicções sejam respeitadas, têm o direito de serem aquilo que são e não aquilo que o Primeiro-Ministro pretende que sejam.

A unidade do Povo e das forças democráticas é uma necessidade cada vez mais fortemente sentida face aos graves problemas que afectam a vida do nosso Povo, face à urgência de cortar o caminho aos que querem regressar ao passado.

Aqueles que combatem a unidade têm os olhos fechados para a realidade concreta do País, atrasam a satisfação das aspirações do nosso Povo.

Os que lutam pela unidade, os que querem ser Povo Unido, estão voltados para o futuro, para o futuro da liberdade e progresso que os portugueses merecem e hão-de construir defendendo a Revolução do 25 de Abril e as suas conquistas.”

Lisboa, 7 de Dezembro de 1976

Comissão Coordenadora da Comissão Nacional da Frente Eleitoral Povo Unido



Nas Regiões Autónomas, apesar das enormes dificuldades que a falta de liberdades democráticas e o desigual tratamento dado aos diversos concorrentes levantou à constituição de listas, a Frente Eleitoral Povo Unido apresentou listas para Câmaras Municipais em 15 dos 30 concelhos, abrangendo 79% do eleitorado, e listas para Assembleias Municipais em 16 concelhos, abrangendo 82%.

FRENTE ELEITORAL



POVO UNIDO

Também no que se refere a listas para Assembleias de Freguesia apresentadas ou com o apoio da Frente Eleitoral Povo Unido, se deverá registar que, embora no Continente se apresentem 1372 listas num total de 3078 freguesias, a percentagem do eleitorado abrangido é de 75%, e que nas Regiões Autónomas as listas apresentadas cobrem 35% do eleitorado total dos arquipélagos.

A FOICE E O MARTELO

O nosso símbolo glorioso — a foice e o martelo da aliança operária-camponesa e a estrela do internacionalismo proletário — não concorre desta vez às eleições. Os comunistas votam na FEPU, votam no emblema escolhido para representar todos os democratas, todos os antifascistas que defendem um poder local onde todos os trabalhadores têm lugar, na luta comum por uma vida melhor.

Os comunistas votam no emblema dos três quadrados, que se entrelaçam para significar, nas suas cores, os anseios de Portugal e da Revolução de Abril. Escolher esse símbolo, que milhares e milhares de portugueses e portuguesas trazem ao peito, é derrotar os interesses alheios aos interesses do povo, é avançar para vencer as ameaças da direita, da recuperação capitalista mascarada de democrata.

Evitemos a confusão. Outros vão aparecer ostentando os instrumentos de trabalho que são a glória da nossa luta. Outros vão aparecer enfeitados com um símbolo que lhes não pertence, de que vão abusar novamente na tentativa sem êxito de colher uns restos de vontades confundidas, de colher os grãos mirrados da sementeira de provocação e calúnia, que é para ela que lhes serve o símbolo glorioso dos comunistas.

Evitemos o erro! Os comunistas votam na FEPU!

Votar no dia 12 na FEPU é decisivo para a defesa e consolidação da liberdade!

Nas próximas eleições para as autarquias, que terão lugar no dia 12, em todo o nosso País, o CDS e o PPD, aproveitando a situação antidemocrática existente em vastas regiões, procurarão, através de um aumento da sua votação, não só ganhar administrações das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, mas obter uma elevada votação que depois lhes permita reivindicar a entrada no Governo.

Isto significa que a votação nas eleições para as autarquias tem, por um lado, grande importância por poderem levar gente honesta, capaz, dedicada, aos municípios e às Juntas de Freguesia e tem também, por outro lado, grande importância na situação política do País.

Se houver uma grande votação na direita, os partidos da direita (não deveis ter a menor dúvida) utilizarão essa votação para exigirem um governo mais reaccionário que o actual com a entrada do CDS e do PPD.

Tal como sucedeu nas eleições para a Assembleia da República é necessário no dia 12 derrotar o CDS e o PPD. E para isso é necessário que se unam todos os trabalhadores, todos os que querem evitar o regresso ao fascismo, todos os que querem que Portugal continue a ser um país democrático, livre e independente.

Da mesma forma, se houver uma grande votação na esquerda, e a esquerda é uma, é o Povo Unido, é a Frente Eleitoral Povo Unido, se houver uma grande votação na Frente Eleitoral Povo Unido, pode dar uma grande força a todos aqueles que exigem uma solução democrática, uma alternativa democrática ao Governo do PS, ou seja, que exigem um governo democrático, um governo de esquerda, com participação do Partido Comunista Português.

Álvaro Cunhal durante a campanha eleitoral

VOTA PELA SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DA TUA LOCALIDADE!
VOTA NA DEMOCRACIA E NO PROGRESSO!

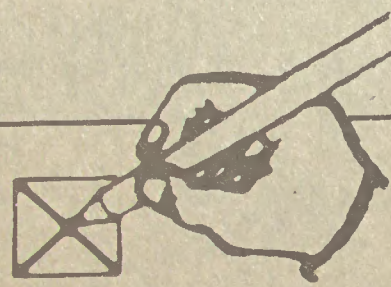
VOTA

Frente Eleitoral Povo Unido

FEPU



POVO UNIDO



SETÚBAL: ALEGRIA, ENTUSIASMO E CONFIANÇA NO POVO UNIDO

O salão do INATEL, para o qual estava marcada a sessão de esclarecimento promovida pelo POVO UNIDO, em Setúbal, pouco espaço ofereceu para as muitas centenas de pessoas que ali afluíram na noite de sábado. Todos os lugares se encontravam ocupados algum tempo antes da hora marcada para o início e, pouco depois de José Barata Moura ter começado a esclarecer cantando, muita gente, de pé, o viria a aplaudir.

DÁ MAIS FORÇA À LIBERDADE

O candidato Valdemar Santos, que faz parte da lista da Frente Eleitoral Povo Unido para a Assembleia Municipal de Setúbal, anunciou, com efeito, antes de os militantes de esquerda terem ocupado os seus lugares na mesa que, como de resto todos esperavam, podíamos contar com a presença de Barata Moura, presença que o público acolheu calorosamente.

Mas, se porventura alguém esperava assistir a um espectáculo convencional, podemos afirmar que essas esperanças cedo se desvaneceram. Tratou-se antes de um diálogo vivo, a cantar, que Barata Moura conduziu. Falou ele, com palavras e música, da tónica que marca as esperanças e as lutas dos muitos portugueses por todo o país e ali, em Setúbal, encontrou o eco de uma população que esteve várias vezes na frente dessas esperanças e dessas lutas.

Desde as histórias de alguns piratas que infestam a sociedade portuguesa e que passaram os primeiros dias em que a onda libertadora do 25 de Abril lhes meteu medo e os fez aparecer de cravo vermelho ao peito, as canções foram uma expressão de solidariedade nos propósitos que afirmavam e o público cantava em coro o refrão. Firmes na barricada, outra canção que encontrou nos corações dos presentes a adesão confiante e firme que se manifestou depois durante toda a sessão. A unidade, a firmeza, a confiança e mesmo a alegria e o humor de quem não se assusta com os revezes e as lutas são noções e palavras familiares aos comunistas. Naquela noite, porém, foram noções que atingiram muito mais além que os comunistas, pois todos comungavam das mesmas aspirações e, temperados numa luta de que os últimos dois anos foram pródigos em lições, uniam no mesmo espírito determinado os democratas do POVO UNIDO.

Só o povo unido
no tempo, na cidade,
pode dar sentido
à nossa liberdade

Esta quadra poderá exprimir bem a consciência unitária que animou quantos participaram na sessão de esclarecimento em Setúbal e que estavam certos de que, pelo país fora, muitos e muitos outros democratas partilhavam essas ceteras.

UNIDADE DEMOCRÁTICA E ANTIFASCISTA

Quando Barata Moura deixou os microfones e foi anunciada a entrada dos elementos que iriam compor a mesa, fez-se um silêncio de quem esperava encontrar os amigos de sempre que iriam falar sobre os problemas e as preocupações de todos. Significativamente o silêncio manteve-se até que todos os elementos tomassem os seus lugares na mesa e, finda

a apresentação de Francisco Lobo, cabeça de lista para a Câmara Municipal, de Carlos Brito, membro da Comissão Política da Comité Central do PCP, de Herberto Goulart, do MDP e de Manuel Serra da FSP e ainda de mais cinco candidatos de várias listas POVO UNIDO para os diversos órgãos de poder local daquele

UNIR PARA CONSTRUIR

Centenas de exemplares do Programa para a Câmara e Assembleia Municipal do Concelho de Setúbal tinham sido distribuídos à entrada.

Muitas pessoas o liam ou folheavam antes do início da sessão. Também esse programa despertou a nossa atenção, um programa entre os muitos que o POVO UNIDO elaborou na base das experiências colhidas em cada freguesia, cada concelho, na base das aspirações e problemas diversos das populações do nosso país.

Numa introdução em que se coloca a importância das eleições no processo democrático, o programa refere:

É muito pesada a herança que o fascismo nos deixou. Nestas condições impõe-se que o povo português se una, organize e intervenha a todos os níveis em torno dos ideais democráticos para a extinção das suas legítimas aspirações.

Com o povo todo é possível, diz ainda. E acrescenta: Devem estar à frente dos órgãos do poder local os trabalhadores, integrados na luta pela defesa dos seus interesses.

Depois caracteriza o concelho do ponto de vista socio-económico, as diversas zonas em que trabalhadores das mais diversas frentes de trabalho: os operários da cintura industrial de Setúbal; os pequenos e médios agricultores; os operários rurais; os trabalhadores do mar; os empregados e funcionários públicos, professores, médicos e outras profissões liberais; os muitos milhares de mulheres trabalhadoras, empregadas ou donas-de-casa. E focando a diversidade dos problemas que se levantam a nível local afirma: as autarquias locais não conseguirão cumprir o seu programa se não

concelho, todos, de pé os saudaram com entusiasmo, os aplaudiram, e, num imenso coro gritou-se O POVO UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO, a palavra de ordem que tem acompanhado os sentimentos unitários do povo e foi como que o lema da sessão a que assistimos.

Herberto Goulart, do MDP, seria o primeiro a falar, saudando os democratas antifascistas do concelho. Referiu-se depois ao

papel do Movimento Democrático Português antes e depois do 25 de Abril, à unidade democrática e antifascista que não pode dissociar-se do derrubamento do fascismo, unidade que não pode dissociar-se hoje para consolidar a democracia, que foi imprescindível para as vitórias até hoje alcançadas em Portugal. Quanto aos problemas que a nível nacional se apresentam ao nosso povo, aos democratas e antifascistas, haveria aquele dirigente de aludir à libertação dos pides como uma afronta ao povo português e, no caso em questão do pido liberto com uma perda de direitos políticos, também como uma afronta ao povo angolano que ajudou a reprimir. Chamaria ainda a atenção para as ameaças que

derrubamento deste, permanecer na frente da luta.

Depois de caracterizar a actual situação como difícil no plano económico, Manuel Serra criticou a atitude do Governo que, dizendo-se socialista está a cavar a própria sepultura pelas medidas que toma transigindo com os reacçãoários, esquecendo talvez que deste modo é a sepultura da democracia que também ajuda a cavar. E, referindo-se aos ataques e às calúnias da reacção, ajudadas pelos dirigentes no poder, aquele dirigente da FSP diria: eles querem é julgar o 25 de Abril, a nós e aos capitães consequentes do 25 de Abril.

Haveria ainda de falar sobre a política de hipoteca da independência nacional que o Governo segue, não vendo soluções senão de recorrer a empréstimos que em nada favorecem os trabalhadores e o país, senão de recorrer às cedências à direita, atacando a Reforma Agrária. E, depois de dizer que havia soluções para a crise que se aprofunda e que os democratas e os partidos de esquerda tinham e propunham soluções de esquerda acabaria por argumentar: Ai de nós se ficássemos sentados só a escutar discursos...

OS CANDIDATOS - HOMENS PROVADOS

Setúbal, centro de um excelente trabalho das organizações populares de base, eis como definiu o concelho, saudando os seus habitantes, o dirigente comunista Carlos Brito. Salientando a unidade dos comunistas com o MDP, a FSP e todos os democratas, referiu o processo unitário que está na base, na origem da FEPU. Processo unitário que vem da experiência do trabalho realizado por Comissões Administrativas orientadas por democratas de diversas tendências, que vem da colaboração dos partidos de esquerda, que vem da experiência prática do trabalho nas organizações populares de base. Desse processo unitário, movimento em marcha, como lhe chamou, surgiram já antes de a lei eleitoral ter saído, projectos de listas unitárias, aos quais a Frente Eleitoral Povo Unido veio dar corpo e tornar legalmente possíveis.

Em algumas autarquias realizou-se em 2 anos o que há 20 anos não era realizado, disse a certa altura Carlos Brito, lembrando as palavras do manifesto da FEPU. Foi possível esse trabalho, esclareceu o dirigente comunista, porque se soube combinar a actuação das Comissões Administrativas com o impulso e a actividade das organizações populares de base.

Os candidatos apresentados nas listas unitárias POVO UNIDO são homens provados nas organizações populares de base, que dizem defender as suas conquistas, as nacionalizações, o controlo operário, a Reforma Agrária e na prática procuram atingir essas conquistas e proceder à recuperação capitalista.

Foram, entretanto, de confiança as palavras finais do dirigente comunista. Recordando a unidade que os trabalhadores têm demonstrado, a sua firmeza e capacidade de resistir às tentativas de divisão, salientaria que no campo sindical as manobras do grupo da "carta aberta" se tinham saldado numa imensa

derrota a numa tão grande vitória para a unidade. Mesmo que neste momento houvesse uma cisão ela seria claramente aos olhos de todos uma cisão de laços do patronato. Também as grandiosas manifestações pela defesa da democracia e dos interesses dos trabalhadores foram recordadas, bem como as vitórias da unidade do campo estudantil.

VOTAR POVO UNIDO É EXIGIR A DEMOCRACIA

Uma votação maciça nas listas do Povo Unido representará uma exigência na defesa dos interesses dos trabalhadores, da democracia, das liberdades, da justiça, representará a condenação das medidas que atacam os trabalhadores. As palavras do dirigente do PCP foram aplaudidas e compreendidas, pois é facto que as forças em presença, as progressistas e as da direita conservadora e reacçãoária procurarão tirar dos resultados eleitorais leituras diferentes. A direita procura argumentos nas eleições para agravar os seus ataques contra as conquistas alcançadas, procura um encorajamento para os que conspiram na sombra, mas não tanto que não se dê conta disso.

Depois daquela advertência, Carlos Brito focaria os aspectos da campanha eleitoral que se desenrola e a atitude dos governantes que, apesar das medidas contra os trabalhadores que tomam ou procuram tomar, como a lei dos despedimentos, a ausência de medidas contra o patronato e as suas manobras ilegais, a tentativa quase frustrada de subtrair aos trabalhadores parte do 13.º mês, a hipoteca da independência nacional e a entrega dos meios de comunicação social nas mãos da direita, apesar destas e de outras medidas, o Primeiro-Ministro vem à televisão fazer propaganda eleitoral num comício para três milhões de espectadores (sem aplausos). Veio prometer aos trabalhadores, veio-lhes fazer promessas porque, nas votações, os trabalhadores são em maior número que os patrões.

Não podemos acreditar na sinceridade dos dirigentes socialistas, diria Carlos Brito, dirigentes que afirmam defender os interesses dos trabalhadores, na administração local, em outros postos de responsabilidade. Foram elaborados programas e postos à consideração das populações e esses variados programas são de facto um compromisso que assumem perante o eleitorado, fez notar Carlos Brito.

Numa sessão de esclarecimento cuja tónica foi essencialmente voltada para os grandes problemas da política nacional com referência às eleições que esperam a participação popular no próximo dia 12, o interesse manifestado pelas medidas legislativas e pela actividade parlamentar foi uma das constantes. Assim, o deputado comunista faria notar que se realizam eleições sem que a legislação para definir as atribuições e competência das autarquias tenha saído, o que exprime o receio confesso dos governantes face a um eleitorado descontente com a sua política. No entanto há princípios expressos na Constituição que permitem recriar uma lei progressista nesta matéria.



REFORMADOS VOTAM «POVO UNIDO»

A certeza de que a FEPU é formada por homens e mulheres de várias tendências que se propõem defender intransigentemente as legítimas reivindicações das populações e corresponder, sem traições nem compadrios, aos anseios e aspirações das mesmas, levou os milhares de reformados reunidos na Voz do Operário, na passada semana, a fazer um vigoroso apelo a todos os reformados e idosos, para que nas próximas eleições dêem o seu voto à Frente Eleitoral Povo Unido.

No comício, convocado pelo Grupo de Trabalho dos Reformados da Intersindical, aprovaram-se ainda outras moções, sendo de destacar a enviada à Assembleia da República onde se pede que, na discussão do Orçamento Geral do Estado, seja proposta ao Governo uma emenda no que se refere às pensões de reforma. Recorde-se que os anunciados aumentos destas pensões se limitam a 250\$000 para os que se encontram em

regime geral de Previdência e de 150\$000 para os rurais. Medidas apenas simbólicas e inoperantes, como afirmam os directamente interessados, para não lhes chamar esmola...

Num outro documento, também aprovado por unanimidade e aclamação, os trabalhadores reformados exigem ao Governo e a todos os órgãos de soberania que sejam tomadas medidas urgentes para satisfazer algumas das suas mais imperiosas reivindicações: melhoria significativa das pensões de reforma; uniformização progressiva dos diversos esquemas de pensões e a sua gradual extensão à população idosa ainda não abrangida; assistência médica e medicamentosa gratuita aos pensionistas com baixas pensões; descontos nos transportes públicos; descontos especiais em casas de repouso; criação de centros de convívio; criação de lares para os idosos em más condições de habitação; assistência

aos idosos que requeiram cuidados especiais.

A luta é a mesma foi a palavra de ordem mais gritada durante a sessão, onde a unidade na luta com os trabalhadores activos foi uma constante. Foi neste contexto, aliás, que surgiu uma outra moção em que se apela firmemente o próximo Congresso de Todos os Sindicatos, pela unidade de todos os trabalhadores e para a reestruturação da Intersindical Nacional — Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses.

Se ser velho é tão natural como ser jovem, porque tememos então a velhice? — interrogou-se um dos oradores, que logo respondeu a si próprio:

E que a situação de reformado não corresponde ao exercício de um direito longamente acumulado.

É porque o direito à velhice, ainda que consagrado na Constituição, tem de ser conquistado na prática. Por todos nós, reformados de hoje e de amanhã.

CONTRA AS CEDÊNCIAS À DIREITA

As populações de Torres Vedras, Cadaval e Sobral de Monte Agraço devem votar na Frente Eleitoral Povo Unido

Por decisão arbitrária do juiz João Barroso de Moura, da Comarca de Torres Vedras e pela falta de firmeza do Governo em fazer cumprir a lei, a Frente Eleitoral Povo Unido está impedida de concorrer às eleições em Torres Vedras, Cadaval e Sobral de Monte Agraço. Apesar disso, e conforme foi decidido no decorrer de um encontro realizado no passado sábado em Torres, apela-se à população daquelas localidades para que votem massivamente na FEPU.

Na moção que aprovou tal decisão responsabiliza-se o Governo não só pelo não cumprimento da lei como também por todas as perseguições, descriminações, atentados contra pessoas e bens e acções provocatórias que na

sequência desta situação possam vir a ocorrer. Apela-se ainda para o reforço das organizações populares e de classe que, votando na Frente Eleitoral Povo Unido — apesar de impedida de concorrer — assim manifestarão o seu vivo repúdio pela actuação do juiz que impede, na prática, que 60 000 eleitores exerçam livremente o seu direito de voto.

Como foi várias vezes salientado no decorrer do encontro, votar na Frente Eleitoral Povo Unido, nos três concelhos abrangidos pela decisão do juiz, significa ainda uma manifestação de descontentamento pela política do actual Governo, de graves cedências à direita.

As sequências da atitude do juiz Barroso de Moura constituíram tema de análise

nas intervenções de todos os oradores. Oliveira e Sá, da Coordenadora Nacional da FEPU, considerou essa atitude como um desafio à democracia e à normalidade política em Portugal, recordando que o juiz que assim procedia é acusado de pertencer ao ELP, motivo pelo qual chegou a estar preso em Angola e posteriormente em Caxias.

Salientando a arbitrariedade com que tem sido tratada a Frente Eleitoral Povo Unido o orador referiu-se, a propósito, que enquanto um juiz tão suspeito como o daquela comarca deferia as listas propostas pela Frente aceitava como cabeça de lista para a Câmara de Torres Vedras o nome do dr. João Ribeiro Correia, antigo vice-presidente da Câmara de Cadaval, no tempo do fascismo. Este facto é por si só bastante elucidativo das "preferências" daquele magistrado.

Por sua vez, Caldeira Rodrigues, referiu-se às recentes declarações do Primeiro-Ministro na televisão relativas à FEPU que seria, no seu entender, uma máscara do PCP. O Primeiro-Ministro recorreu à mentira e à calúnia, afirmou o orador — como objectivos eleitoralistas. Nós temos muita honra em ter os comunistas ao nosso lado na FEPU, mas é falso que esta seja manipulada pelo PCP.

Também o camarada Raimundo Narciso, do CC do PCP, sublinhou o carácter unitário da Frente, uma Frente que pôs de lado os interesses partidários para poder unir nas suas fileiras todos os portugueses sérios e honestos.

Manuel Rodrigues, pequeno agricultor membro da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores de Sobral de Monte Agraço falou das dificuldades que irão ter as populações se não puderem contar com o apoio e ajuda de administrações locais democráticas. Não faltarão sorrisos e oportunidades aos fascistas da CAP e outros bandos reacçãoários — disse. Mas que julgam eles que nós vamos fazer? Que vamos deixar de lutar e cruzar os braços? Bem se vê que desconhecemos o que é o Povo Unido e a força que ele tem!

Para já, há que votar na Frente Eleitoral Povo Unido, mesmo nos três concelhos de Torres Vedras onde a iniquidade de um juiz indigno do cargo que ocupa leu gravemente a liberdade de opção de 60 000 leitores.

Votar massivamente na FEPU é a melhor resposta das massas populares às torpes manobras da reacção, em defesa da democracia e da liberdade.



A DEFESA DO «PIDE» TENTA DESMENTIR AQUILO QUE TODOS OS FACTOS CONFIRMAM: JOSÉ DIAS COELHO FOI ASSASSINADO!

O julgamento do agente da ex-PIDE/DGS acusado de assassinar o militante comunista José Dias Coelho prossegue no 1.º Tribunal Militar de Lisboa. Quase 15 anos depois dos esbirros da polícia política fascista terem cometido este crime, o povo português, todos os democratas e antifascistas aguardam com uma certa expectativa o desfecho deste julgamento, esperando que seja feita justiça.

A marcha do julgamento tem sido atrasada pela série de requerimentos e intervenções mais ou menos a despropósito do defensor do réu, caudilho Carlos Quental, tem feito ao longo das sessões.

O «Avante!» procurou contactar com o advogado da assistente Maria Teresa Dias Coelho, filha do nosso camarada assassinado, a fim de colher a sua opinião acerca do modo como o julgamento do «pide» António Domingues tem decorrido, mas o dr. Fernando Luso Soares declarou não poder prestar declarações para não contrariar o disposto no Estatuto Judiciário que, num dos seus artigos, não permite que a advogado, por qualquer forma, discuta na imprensa matéria dos processos que tenha em curso, designadamente quando estes se encontram em julgamento.

ADVOGADO DO «PIDE» ADMIRA VERA LAGOA

No entanto e quem tem assistido ao julgamento ou seguido os relatos que a imprensa diária tem publicado, pode verificar que o advogado defensor do agente da ex-PIDE/DGS tem prolongado escusadamente as sessões com requerimentos e intervenções despropositadas. O dr. Carlos Quental — que está ligado a uma das famílias mais vultosas do capitalismo português, pois o seu sogro já falecido, Francisco Correia de Campos, era um dos donos da casa bancária J. Burnay e possuía vastos empreendimentos nas ex-colónias — apesar de ter sido nomeado pela Ordem para defender o réu, não só se tem mostrado extremamente empenhado em demonstrar a «inocência» do «pide» Domingues, como aproveita todas as oportunidades para fazer propaganda política reaccionária que, evidentemente não adiantam

para o esclarecimento da verdade.

Os exemplos que, patentemente demonstram tal situação, são os três requerimentos que o dr. Carlos Quental já apresentou, referidos à pessoa de Maria Armada Falcão, verdadeiro nome da directora do semanário reaccionário «O País» — Vera Lagoa!

Em pleno julgamento de um agente da ex-PIDE, o advogado deste não só elogia artigos e jornais que, em qualquer país civilizado, são do mais reaccionário que se pode conceber, como ainda o faz para defender o seu constituinte — que é agente da ex-PIDE/DGS, acusado de assassinio de um destacado antifascista.

A PIDE REPRIMIA DURAMENTE A DURA LUTA DO POVO

José Dias Coelho foi morto em 19 de Dezembro de 1961, ao cair da tarde, numa rua de Lisboa. Os «pides», a reacção e a direita, o advogado de defesa tentam provar que não houve assassinio, que a morte do camarada Dias Coelho foi puramente accidental.

O fascismo nunca recuou perante nada, recorrendo friamente ao assassinio, para tentar conter o poderoso ascenso da luta do povo português contra a ditadura salazarista-caetanista. Basta lembrar os assassinatos de Alfredo Dinis, Militão Bessa Ribeiro, Catarina Eufémia, José Moreira e tantos outros para verificar que a perseguição movida aos antifascistas e muito particularmente aos comunistas, era impiedosa: as prisões, as torturas, os assassinatos não eram acontecimentos accidentais, mas actos preparados friamente com o único objectivo de liquidar a resistência à ditadura.

Quando ocorre o assassinato de José Dias Coelho, o fascismo e os seus esbirros da PIDE/DGS tinham fortes razões para não andar muito «tranquilos» e recorrem a métodos cada vez mais violentos e repressivos. Um ano antes, em Dezembro de 1960, destacados dirigentes do Partido Comunista Português, entre os quais o camarada Álvaro Cunhal, evadem-se do Forte de

Peniche e conseguem atingir a liberdade.

Em 23 de Janeiro de 1961, um grupo de antifascistas assalta o paquete «Santa Maria», muda-lhe o nome para «Santa Liberdade» e com este acto, chama a atenção do mundo para os crimes do fascismo português.

No dia 4 de Fevereiro, um grupo de patriotas angolanos do MPLA assalta a cadeia de S. Paulo de Luanda, iniciando-se deste modo a luta pela independência de Angola. Nos dias 5 e 6, o colonialismo-fascismo, desesperado, assassina em Luanda três mil pessoas e, nos dias seguintes, na Baixa do Cassange, calcula-se que as tropas coloniais tenham assassinado entre cinco a seis mil pessoas.

Em Março, o MPLA desencadeia, na zona do café, a luta de guerrilha que conduziria, catorze anos depois, o povo angolano à independência. Nesse mesmo mês, a PIDE tem um novo director, Homero de Matos, depois de o anterior, Neves da Graça, ter sido convidado a apresentar a sua demissão.

Setembro corresponde a um grande ascenso da luta das massas populares, coincidindo com a campanha «eleitoral» fascista. Em grandes manifestações, muitos milhares de pessoas protestam contra a ditadura e exigem paz e liberdade. Em Almada, no decorrer de uma manifestação, a polícia mata o camarada Cândido Martins Capilé, operário corticeiro.

No dia 11 de Novembro, é assaltado um avião dos TAP. No dia 4 de Dezembro, novo rude golpe na ditadura fascista: num carro blindado oferecido por Hitler a Salazar, sete destacados militantes do Partido Comunista Português fogem do Forte de Caxias.

No dia 18 — véspera do assassinato de Dias Coelho — a União Indiana libertou as colónias portuguesas de Goa, Damão e Diu, pondo assim termo ao domínio colonial português naquela parte do continente asiático. O ditador Salazar, geralmente calmo e seguro, não pode evitar, nesse dia, que a cólera se manifestasse quando discursava na «Assembleia Nacional» fascista, tendo ficado sem fala no decorrer do seu discurso.

Apenas 14 dias após o assassinato de Dias Coelho,

tem lugar a tentativa de golpe militar de Beja.

MUDAM-SE OS TEMPOS, MUDAM-SE AS TESES DOS «PIDES»...

Este panorama, ainda que breve, do período de tempo em que podemos inserir o assassinato de José Dias Coelho, mostra bem quais eram as disposições dos fascistas em matéria de repressão.

Mas, se a estes, juntarmos o facto de António Domingues e os outros «pides» que o acompanhavam — e que figuram neste processo como testemunhas — Manuel Lavado e Pedro Ferreira pertencerem à brigada de rua do assassino José Gonçalves, então o quadro da «morte accidental» fica completo, isto é, tal tese desmorona-se. Recorde-se que José Gonçalves se gabava de ter sido ele o autor da morte do camarada Alex, quando lhe prepararam uma emboscada na estrada de Bucelas. Tal como a emboscada e a morte de Alex não foi accidental, do mesmo modo, a perseguição e o assassinato de Dias Coelho o não foi, sendo ambos o corolário lógico da acção dos tortionários da PIDE/DGS.

Aliás, o depoimento da testemunha ocular Maria Helena Ferreira Rodrigues Botelho da Silva, já realizado, foi categórico. A testemunha presenciou a cena a curtíssima distância de metros, ouviu serem disparados dois tiros distintamente — ao contrário do que a defesa pretende, ao afirmar que só foi disparado um — e isto no preciso momento em que dois indivíduos — António Domingues e Manuel Lavado — alcançavam e agarravam a vítima — Dias Coelho. Tal facto, se outros não houvesse, confirma que o disparo que vitimou Dias Coelho foi realizado à queima-roupa.

Um facto curioso consiste na leitura da participação que António Rodrigues fez na PIDE após o assassinato, quando a polícia política do fascismo procedeu a «investigações» acerca do acontecimento. Embora todo esse processo seja uma autêntica mistificação, ele é, pelo menos, muito mais inteligível do que a tese agora apresentada pela defesa. Na sua participação,

o «pide» António Domingues afirma, depois de referir um facto que agora nega — a luta entre si e a vítima:

«No meio da luta que se travou, calmos ambos por terra e nesta altura a arma disparou-se, não sabendo eu, no entanto, se teria atingido alguém. Só quando eu e o meu colega (Lavado) nos levantámos é que foi verificado que o indivíduo em referência se queixava de ter sido atingido, sendo certo que tanto eu como o meu colega estávamos também ligeiramente feridos».

Tese radicalmente diferente da que agora é apresentada pela defesa! Já no decorrer do julgamento, tanto António Domingues como Manuel Lavado afirmaram ser esse documento falso, garantem estar todo o processo feito pela PIDE falsificado!

Tanto o juiz auditor, dr. Gonçalves Pereira, como o advogado assistente, dr. Luso Soares, perguntaram aos «pides» Manuel Lavado e Pedro Ferreira se, uma vez que assinaram declarações falsas a pedido dos seus superiores hierárquicos, também assinariam, a pedido deles, uma confissão de dívida.

A reacção de ambos foi tão espontânea como o esclarecedora, principalmente da parte do «pide» Pedro Ferreira que, descaradamente,

respondeu: «Isso é outra coisa!»

Acerca do carácter dos esbirros da PIDE/DGS podemos concluir por estas declarações: falsificar autos para enganar a justiça, muito bem; mas assinar documentos que jogariam com as suas finanças, isso é outra coisa que nem na PIDE fariam!

EM FRANÇA, UM PIDE CONDENADO! E EM PORTUGAL?

O julgamento do agente da PIDE/DGS acusado de assassinar o camarada José Dias Coelho vai prosseguir e, no seu desenrolar e desfecho, estão postos os olhos de todo o povo português, de todos os democratas e antifascistas, que querem que se faça justiça, que exigem o castigo dos criminosos da PIDE/DGS.

Entretanto, em França, um agente da ex-PIDE/DGS acaba de ser condenado pela justiça daquele país. Trata-se do «pide» José Manuel Marques, que foi condenado a 8 anos de prisão maior... em França! Este «pide», juntamente com um fascista corso, atravessou a fronteira hispano-francesa para matar ou raptar refugiados progressistas bascos. Só que a operação falhou, o fascista corso foi condenado à morte e o «pide» apanhou oito anos.

Que acontecerá em Portugal?

ASSOCIAÇÃO PORTUGAL-URSS

Alguns jornais publicaram há dias uma notícia referente ao encerramento da actividade de uma denominada «Sociedade de amizade Portugal-URSS». Como certamente a maioria dos leitores se apercebeu — e não obstante certa imprensa «pluralista» ter dado a notícia em moldes propiciadores de confusões — esta entidade nada tinha a ver com a Associação Portugal-URSS, cuja actividade tem largamente contribuído para o conhecimento mútuo

e a amizade entre os dois povos.

A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

Realiza-se amanhã, às 21.30, na sede da Associação Portugal-URSS, a palestra sobre «A Revolução de Outubro», proferida pelo escritor César Oliveira e que esteve inicialmente prevista, conforme anunciáramos, para o passado dia 3. A sede da Associação é na Rua de S. Caetano, n.º 30, em Lisboa.

O ENCERRAMENTO NO PORTO DA FACULDADE DE ECONOMIA

O dr. Sottomayor Cardia e o Reitor interino da Universidade do Porto tomaram uma decisão que faz recordar as actuações dos seus homólogos de antes do

25 de Abril, quando, na passada terça-feira, os estudantes, professores e trabalhadores da Faculdade de Economia daquela cidade depararam com uma força da

PSP que mantinha a escola encerrada.

O Governador civil do Porto, Cal Brandão, revelou que tal medida havia sido definida pelo MEIC e pela Reitoria, encontrando-se na sua posse as chaves da Faculdade.

A propósito destes graves acontecimentos, a célula de Economia da UEC publicou um comunicado no qual afirma: «Como todas as medidas fascistas, esta tem de ser combatida sem tréguas, com determinação e vigor, por todos os estudantes do Porto, por todos os estudantes portugueses».

Referindo-se às causas próximas que provocaram o encerramento da escola, o comunicado adianta:

O pretexto invocado para o encerramento de Economia é o facto de o Conselho Directivo Provisório não ter funcionado por impedimento físico realizado pelos estudantes da escola. Este pretexto é falso e provocatório. E diz ainda o comunicado: «Só uma provocação habilmente montada e armadilhada, com a participação consciente de alguns figurantes, onde os

maoístas da UDP desempenharam um grande papel de cumplicidade, pode ter levado o dr. Conceição Nunes, do CD provisório, a servir-se da presença de cerca de 30 estudantes, que mais não representavam que o seu próprio pendor para acções irresponsáveis e aventureiras, para argumentar que não podia fazer a reunião do CD provisório, a qual, aliás, estava prestes a terminar».

O comunicado da célula da UEC vem então recordar que: «O que se passa em Economia é tão desproporcionadamente evidente e, em certo sentido, linear, que não dá margem a dúvidas, e os seus objectivos são: encerrar durante largo tempo a Faculdade; aplicar o decreto de degradação pedagógica. E refere ainda:

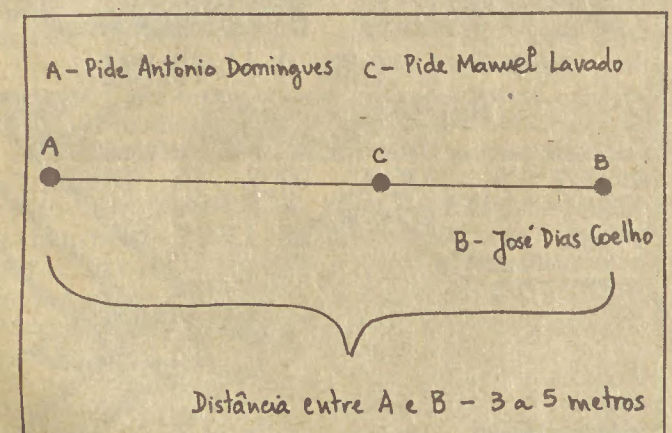
É possível, necessário e urgente derrotar esta ofensiva reaccionária tanto para a defesa da Faculdade de Economia, como de todas as transformações progressistas realizadas nas escolas do ensino superior.

A tese da defesa é desmentida pelo relatório dos peritos

A tese elaborada pela defesa destinada a provar o carácter «accidental» do disparo que vitimou o camarada Dias Coelho destina-se a demonstrar a inocência de António Domingues da acusação de assassinio que sob ele impede. Só que não se pode demonstrar o que é indemonstrável...

Com auxílio de gráficos, tentemos apresentar a tese da defesa e, também com o auxílio de gráficos, os factos que contrariam frontalmente essa tese.

O «pide» António Domingues tem tentado provar a sua inocência do seguinte modo: encarregado de proceder à captura de determinado indivíduo num determinado local e quando se preparava para a realizar, o indivíduo apercebe-se e empreende uma tentativa de fuga. Correndo em sua perseguição o «pide» António Domingues escorrega e cai. Nessa altura, a sua arma, «accidentalmente», dispara-se e vai atingir Dias Coelho. A esta tese, o outro «pide», Manuel Lavado, acrescenta um pormenor: encontrava-se numa posição situada no espaço que separa o seu «colega» caído, da vítima. Ou seja, podemos representar a situação da tese da defesa no seguinte gráfico:

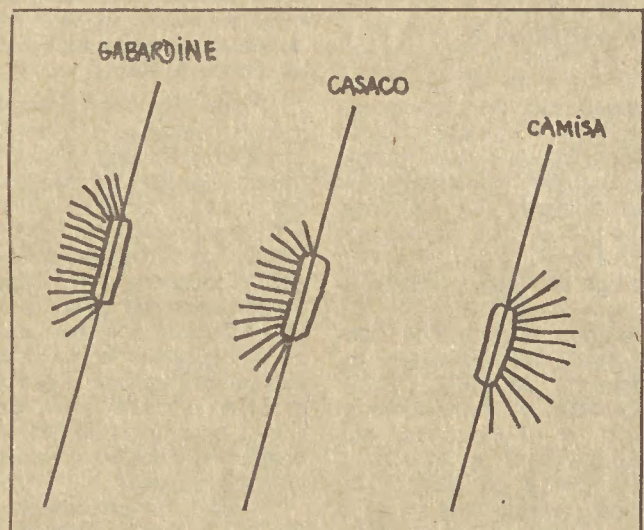


A distância de três a cinco metros entre o «pide» Domingues e o camarada Dias Coelho é calculada pelo próprio «pide». Corroborando o depoimento do seu «colega», o «pide» Manuel Lavado chega a afirmar ter sido atingido pelo disparo «accidental» da arma. Segundo afirma, o projectil atravessou-lhe a gabardina, o casaco, a camisa, novamente a camisa, o casaco e a gabardine, atingindo finalmente Dias Coelho.

Mas o que nos mostra a leitura do relatório dos peritos na parte relativa ao exame efectuado sobre a roupa de Dias Coelho? O seguinte: a gabardina apresenta um orifício no lado da frente «estando as pontas dos fios, a este nível, viradas para fora»; o casaco de fazenda apresenta uma perfuração no lado

da frente, estando as pontas dos fios, a este nível, viradas para fora»; a camisa de flanela apresenta um orifício no lado da frente, «com as pontas dos fios, a este nível, virados para dentro».

Podemos representar esta descrição com o seguinte gráfico:



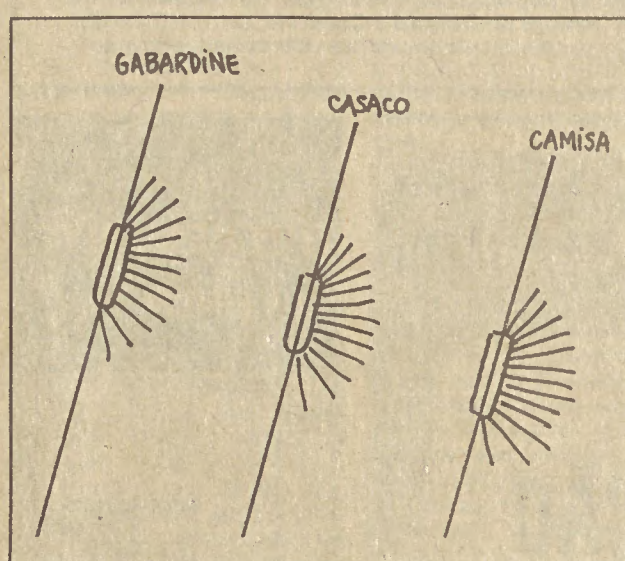
Porque razão estão os fios da gabardina e do casaco voltados para fora e os da camisa voltados para dentro? Só há uma razão: numa arma de fogo o disparo do projectil é acompanhado da expulsão de gases, tanto maior quanto o calibre e potência, sendo que a utilizada no assassinato de Dias Coelho era uma pistola de guerra.

Os gases acompanham, a alta velocidade, o trajecto da bala num espaço que atinge o máximo de um metro e meio do local do disparo.

Assim, e analisando o gráfico, podemos dizer: a bala e os gases atravessaram ambos a gabardina e o casaco. No entanto, na proximidade da camisa, colada ao corpo, a resistência oferecida por este, embora permitisse a entrada da bala, não permitiu a entrada dos gases, que foram repelidos. Na sua trajectória de repulsão, os gases, foram forçando o sítio por onde tinham penetrado, virando as pontas dos tecidos para fora.

A conclusão a tirar é simples: o relatório pericial mostra que o tiro foi disparado à queima-roupa, isto é, numa distância inferior a metro e meio. Este facto destrói completamente os argumentos da defesa.

Se o tiro tivesse sido disparado de uma distância compreendida entre 3 a 5 metros, as pontas dos tecidos da gabardina, do casaco e da camisa teriam ficado todas viradas para dentro, de acordo com o seguinte gráfico:



A tese do tiro accidental do «pide» António Domingues, disparado de 3 a 5 metros não corresponde, portanto, aos factos. E a tese do «pide» Lavado segundo a qual, estando situado entre Dias Coelho e o seu «colega» Domingues, teria também sido atingido é igualmente inverosímil, uma vez que, nesse caso, seria a sua roupa e não a de Dias Coelho a sofrer as características do tiro à queima-roupa. Se esse facto se tivesse verificado em Lavado não se poderia ter repetido nas roupas do camarada José dias Coelho.

Mas o relatório pericial acrescenta ainda outra importante conclusão: «Foram encontrados sinais que levam a admitir que a arma tenha sido disparada com o cano encostado, ou quase encostado à roupa».

Também o relatório sobre a localização da bala no interior do corpo da vítima é concludente e destrói a tese da defesa. De acordo com esse relatório, pode-se verificar «perfuração na face anterior e mais superior do ventrículo direito (...) e outra perfuração na face posterior do ventrículo esquerdo». Ainda nesse relatório declara-se que foi encontrado «um projectil de arma de fogo curta sob a pleura visceral do lobo inferior esquerdo».

Isto é: no corpo do malogrado José Dias Coelho, a bala assassina descreveu um trajecto de cima para baixo, entrando pela parte da frente em cima do coração e saindo pela parte de trás em baixo do coração.

Tal facto não é compatível com a tese do «pide», segundo a qual a arma se teria disparado quando ele escorregou e caiu, porque, num caso destes, a bala descreveria um trajecto de baixo para cima e não de cima para baixo.

Главному редактору
газеты «Аванте»
товарищу Антонию
Дуарте Лавадю
от членов КИД
(Клуба Интернациональной
Детской), «Аванте»
Лондон №43 Патристично
района города Москва

Дорогой товарищ Лавадю, мы рады приветствовать
Вас в Вашем деле всех европейских революционеров
Вашей газете в этот знаменательный день Нам
требовалось сказать, какой интернациональный труд
свершается марксисты из них на первом пути Вера
Гарibaldi печатает статьи Интернационального Коммунистического
и на Партию революционеров Европы, и ее социал-демократическую
Партию революционеров Европы, и ее социал-демократическую
Революционную партию. И Ваша газета — главный
интернациональный товарищ. В этот вечер мы много

PIONEIROS SOVIÉTICOS SAUDAM O «AVANTE!»

As crianças, os jovens, os nossos filhos, tornam mais firme a nossa luta, a luta dos comunistas em todo o mundo. Provas disso nos chegam hoje de Moscovo, como nos têm chegado de outras terras onde os Pioneiros são o penhor do futuro.

Escrevem-nos: «Querido camarada Lourenço... Queridos camaradas do «Avante!»... É-nos muito grato felicitar-vos... Conhecemos o heróico passado do vosso jornal (...) que continua as tradições revolucionárias semeadas quando da sua edição clandestina... A nossa escola é membro colectivo da Sociedade URSS-Portugal. Temos muita honra por ter sido dado ao nosso KID (Clube de Amizade Internacional) o nome do vosso jornal...»

Felicitem-nos, felicitam os comunistas e todos os trabalhadores portugueses pela grandiosa Festa do «Avante!».

Esperavam o êxito do nosso Congresso. «Seguimos a incansável luta que trava o vosso Partido».

São crianças e jovens soviéticos que aprendem a falar e a escrever a nossa língua como objectivo amigo e duradouro da solidariedade internacionalista, manifestada na pureza de quem aprende muito cedo a estimar o fervor revolucionário, de quem aprende de pequenino a ver na luta dos povos o futuro da humanidade.

O que é a «Carta Aberta» e quem deve Responder? Não criar a Central Única? O que é o «direito de resistência»? O que é a unidade? Que caminhos se abrem ao Movimento Sindical? A quem interessa dividir? Responder hoje a perguntas de hoje e função deste livro.

SINDICATOS E ACÇÃO SINDICAL

JÁ À VENDA

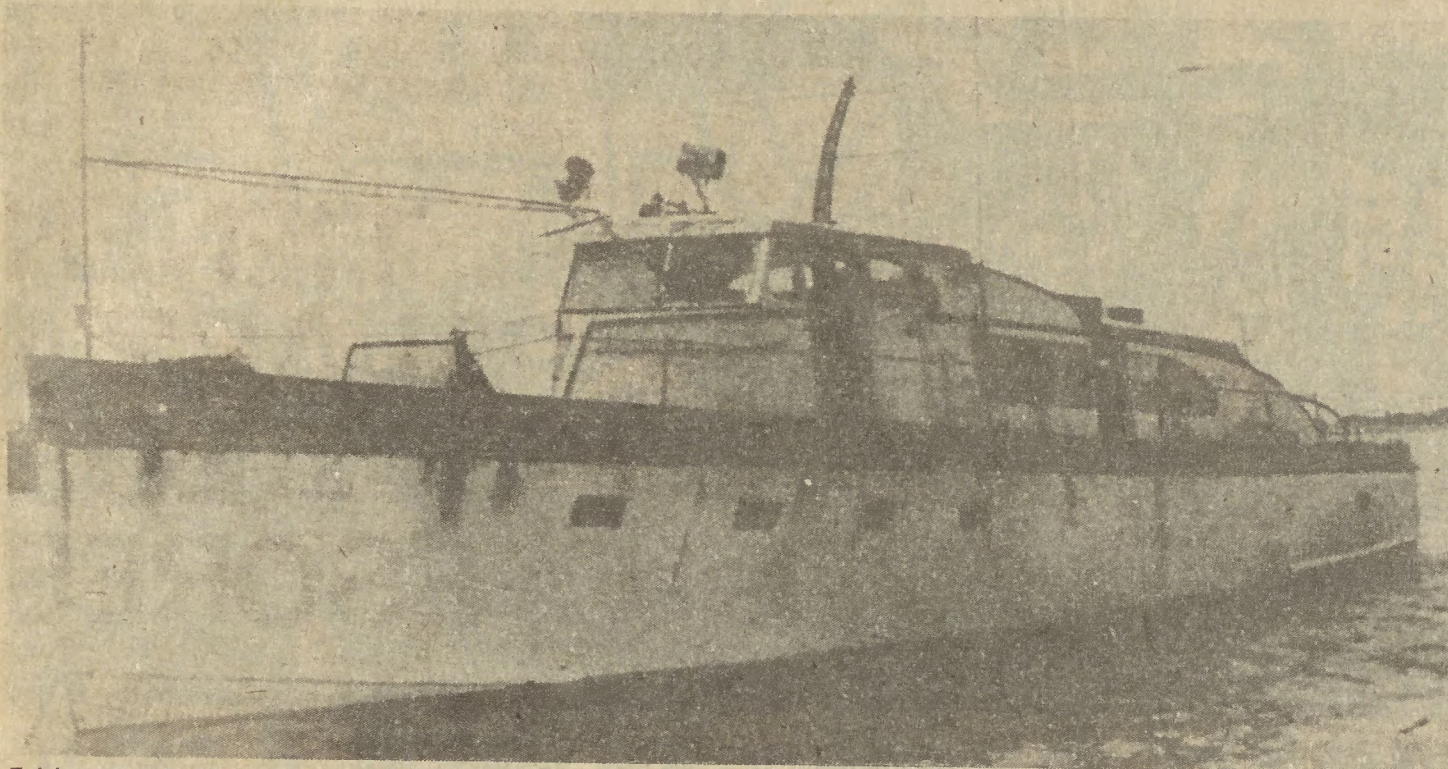
Distribuição CDL

O que é a «Carta Aberta» e quem deve Responder? Não criar a Central Única? O que é o «direito de resistência»? O que é a unidade? Que caminhos se abrem ao Movimento Sindical? A quem interessa dividir? Responder hoje a perguntas de hoje e função deste livro.

cos do Movimento erário Internacional

Problemas Políticos Comunista e Operário

Problemas Políticos do Movimento Comunista e Operário Internacional



Foi deste pequeno iate que revolucionários cubanos, chefiados por Fidel Castro, desembarcaram naquela que viria a ser a Ilha da Liberdade

Vinte anos depois da epopeia do «Granma» CUBA: FIDEL CASTRO ELEITO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ESTADO

A Assembleia Nacional do Poder Popular da República Socialista de Cuba reuniu-se pela primeira vez no passado dia 2 de Dezembro no Teatro Karl Marx, em Havana, com a presença dos seus 481 deputados e de numerosas delegações estrangeiras convidadas.

A Assembleia Nacional do Poder Popular elegeu por unanimidade o camarada Fidel Castro, primeiro-secretário do Partido Comunista de Cuba, Presidente do Conselho de Estado da República Socialista de Cuba. A histórica reunião do órgão máximo de soberania do povo cubano iniciou-se no mesmo dia em que se celebrava o XX aniversário do desembarque em Cuba dos 82 patriotas cubanos, dirigidos pelo camarada Fidel.

Com efeito, no dia 2 de Dezembro de 1956, o iate «Granma», partindo das Costas do México, chegava a Cuba, transportando aquele punhado de revolucionários destacados que, com o seu povo, forjaram uma pátria nova, livre e socialista.

Hoje, na nova Cuba Socialista, o dia 2 de Dezembro é celebrado como o Dia das Forças

Estado, tem ao mesmo tempo as funções de Chefe do Governo e de Comandante Supremo das Forças Armadas Revolucionárias.

O Conselho de Estado é o órgão executivo da Assembleia Nacional do Poder Popular e dele fazem parte 31 membros. Foram ainda eleitos os camaradas Raul Castro, primeiro vice-titular, e os camaradas

Estados exportadores de petróleo, têm o direito de viver".

No entanto, o novo Presidente do Conselho de Estado de Cuba ressaltou as ideias progressistas e as preocupações acerca da situação económica mundial manifestadas por países como o Iraque, a Argélia, a Líbia, o Kuwait, a Nigéria e a Venezuela.

Noutro passo da sua intervenção, o camarada Fidel Castro referiu-se à situação na República Popular da China, acentuando nomeadamente: "O que não é esclarecido nas explicações oficiais vindas da China é por que maneira o grupo hoje criticado conseguiu dirigir durante tantos anos a política chinesa".

E, mais adiante: "Como é que a viúva de Mao

Tsé-tung pôde, em vida do marido, num partido comunista e num Estado socialista, cometer tais crimes?". Salientando que a China foi cenário da mais brutal traição ao movimento revolucionário mundial, o camarada Fidel Castro acentuou que, no entanto, não é justo culpar disso "esse nobre e abnegado povo, nem os comunistas chineses, que tantas provas têm dado das suas virtudes".

Dezenas de delegações governamentais de países socialistas, de partidos comunistas e operários e de movimentos de libertação nacional assistiram na Ilha da Liberdade às cerimónias comemorativas do desembarque do «Granma» e à sessão de abertura da Assembleia Nacional Popular.

SEMANA INTERNACIONAL

O PROJECTO REFORMISTA DE ADOLFO SUAREZ NUM BECO SEM SAÍDA

O projecto reformista com que o Governo de Adolfo Suarez pretende limpar as dezenas de anos de ditadura franquista, está prestes a esbarrar no muro com que termina o beco sem saída por onde o actual governo espanhol se meteu.

Enfrentando a hostilidade aberta dos grupos de extrema-direita, que o acusam de trair a obra de Franco, e a oposição decidida das forças democráticas, que não cessam de aumentar a sua influência junto das massas populares, o Governo de Suarez afirma-se cada vez com maior nitidez como um projecto falhado de manutenção da herança franquista, embora com cores mais "liberais" e "primaveris".

A oposição democrática acaba de assestar mais um golpe certo nos sonhos reformistas de Suarez. A teoria do reconhecimento da oposição democrática sem a legalização do Partido Comunista Espanhol, defendida pelos neofranquistas sem Franco, e cujo objectivo último consistia na tentativa de dividir as forças democráticas, por um lado e, por outro, no projecto de isolamento e enfraquecimento do PCE, acaba de se transformar num tiro saído pela culatra e que é capaz de ferir gravemente o governo de Adolfo Suarez.

Com efeito, depois de Suarez ter acedido a encontrar-se com uma delegação da Oposição Democrática, a fim de discutir as condições da realização do referendo de 15 de Dezembro e das eleições parlamentares do próximo ano, uma reunião cimeira da Oposição decidiu em Madrid que dos dez membros da delegação que se avistará com Suarez, faça parte um representante do Partido Comunista Espanhol.

E das duas, uma: ou Suarez se recusa a receber uma tal delegação, arriscando a sua credibilidade perante o povo espanhol, ou então recebe-a e reconhece tacitamente a existência do Partido Comunista de Espanha.

De qualquer modo, parece que um dos temas das conversações a realizar entre tal delegação e Adolfo Suarez parece já arredado da agenda: o referendo de 15 de Dezembro, uma vez que o Governo mantém um silêncio prudente, mas comprometedor, sobre a decisão da Oposição Democrática acerca da composição da sua delegação. E, segundo fontes madrilenas e, nomeadamente, a nestes casos bem informada agência noticiosa UPI, Suarez só receberá a delegação depois do referendo.

Entretanto, as forças democráticas aumentaram a sua campanha preconizando a abstenção no dia 15 de Dezembro. Apesar das promessas de liberdade dadas pelo Governo à Oposição Democrática, a campanha desta preconizando a abstenção tem sido recheada de incidentes em que participam as forças repressivas e os militantes democráticos. Em várias cidades forças policiais têm identificado pessoas, chegando em alguns casos a dispersá-las com o auxílio de balas de borracha.

Liberdade, liberdade existe para os partidos de direita e de extrema-direita que podem dispor dos principais órgãos de comunicação social para lançar o seu veneno fascista. Alguns destes, como os chamados "guerrilheiros de Cristo-Rei", têm destilado nos jornais e na TV o seu ódio à democracia e a sua raiva aos suaristas, a quem acusam de trair Franco.

Que significado profundo para a construção da democracia em Espanha poderá ter um referendo realizado nestas condições? Apenas dar uma hipótese a Suarez e àquilo que ele representa, de adiar aquilo que, dia-a-dia, aparece como cada vez mais inevitável: a construção em Espanha de uma sociedade livre e democrática que certamente o povo espanhol não deixará de tomar em suas mãos.

O MPLA NASCEU HÁ VINTE ANOS

Ontem como hoje o MPLA continua na vanguarda da defesa dos interesses do povo angolano. Há vinte anos contra o colonialismo português. Presentemente contra o imperialismo e os seus lacaios neocolonialistas

Os homens que em 10 de Dezembro de 1956 acreditavam na certeza da vitória do Povo angolano podem hoje constatar — vinte anos depois — que apesar das violentas ofensivas do colonialismo e do imperialismo ela se concretizou plenamente e que o povo daquele grande país africano é finalmente senhor do seu futuro.

Foi no dia 10 de Dezembro de 1956 que foi fundado, em Luanda, o Movimento Popular de Libertação de Angola dando vida às mais profundas aspirações do Povo angolano. Diversas contradições tornaram, por vezes, o caminho espinhoso, mas os homens que acreditaram na vitória do seu povo nunca esmoreceram na luta a travar, tanto contra o colonialismo português como contra o imperialismo e os seus lacaios.

Em 4 de Fevereiro de 1961, outra data de grande importância para História da República Popular de Angola, começava a luta armada contra a opressão colonial. Luta armada que se prolongaria até aos primeiros meses de 1976, quando os últimos lacaios do imperialismo foram definitivamente esmagados e escuraçados.

Ao longo de todos estes anos de combate muitas vitórias foram alcançadas, para as quais contribuíram decisivamente os heróicos combatentes do MPLA, muitos dos quais deram a vida para tornar real a grande aspiração do seu povo — ser livre.

Recordar agora o 10 de Dezembro de 1956, passados vinte anos, é recordar toda a aspiração de um povo, aspiração que se perde nos tempos, mas que se manteve sempre bem viva apesar da repressão do dia-a-dia.

Vanguarda do Povo angolano, o MPLA, como refere o seu Programa aprovado em Novembro de 1974, lutou sempre para "garantir a unidade de todos os angolanos, reforçar a união e a entreaduda fraternal" e "opor-se resolutamente a toda a tentativa de divisão do Povo angolano". Neste sentido a Segunda Guerra de Libertação obrigaria o MPLA a um esforço redobrado para escurçar os racistas sul-africanos que com armas

e bagagens apoiavam, em solo angolano, os traidores que se tinham vendido aos interesses do imperialismo e do racismo.

Nem sempre foi fácil a tarefa de libertar a Pátria, houve mesmo dias difíceis, mas os homens que já em 10 de Dezembro de 1956 acreditavam na vitória, não duvidaram sequer que aquela provação seria ultrapassada. Com eles todo o Povo angolano que não queria — nem quer — voltar ao regime de opressão e exploração.

Agora, a República Popular de Angola conta já um ano de independência. Os movimentos fantoches — FNLA e UNITA — existem apenas nas mentes dos saudosistas do antigo regime colonialista ou nas verbas da CIA, pois na realidade são fantasmas que nem sequer conseguem fazer medo.

Desde sempre immanado com a luta do Povo angolano e a sua vanguarda revolucionária — o MPLA — o Partido Comunista

Português não deixou de se solidarizar com a data da independência daquele novo país africano, como já anteriormente se solidarizara inequivocamente com a luta armada daquele movimento de libertação contra o colonialismo português.

A mensagem que o Comité Central do PCP enviou na data da independência assinalava: "É uma grande vitória do Povo de Angola e da sua vanguarda revolucionária, o MPLA. É uma grande vitória também para todos aqueles que em Portugal, nas duras condições do fascismo, sempre lutaram contra o colonialismo e a guerra colonial."

E a terminar: "Pelo nosso lado, asseguramos que o Partido Comunista Português, tal como no passado e no presente, continuará no futuro a manifestar ao Povo angolano e à sua vanguarda revolucionária, o MPLA, inteira solidariedade, tudo continuará a fazer para que as relações

fraternas com o MPLA constituam uma forte e inabalável expressão de fraternidade e solidariedade de combate das forças revolucionárias dos Povos de Portugal e de Angola."

Agora há todo um país a reconstruir. Esfacelada pela intervenção estrangeira e pela atitude sabotadora de grande parte dos colonos portugueses, Angola constrói o futuro. Com determinação e confiança. A vitória foi certa mas a luta continua, até à vitória final.

A fundação do Movimento Popular de Libertação de Angola em 10 de Dezembro de 1956 é pois uma data que o Povo angolano não pode esquecer, na medida em que contribuiu decisivamente para a independência que hoje existe, livre da exploração, do neocolonialismo e do imperialismo, isto é, o MPLA foi o único movimento que não traiu os interesses do Povo angolano e nunca se furtou à luta pela concretização desses objectivos.



Em 10 de Dezembro de 1956, um grupo de patriotas angolanos fundava o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Liquidado o colonialismo, o heróico povo angolano, sob a bandeira do MPLA, prossegue com determinação a luta contra o imperialismo, pela edificação de uma sociedade livre, independente e socialista

A BANDEIRA DA RP DE ANGOLA JÁ FLUTUA NA SEDE DA ONU!

No passado dia 1 de Dezembro, a República Popular de Angola tornou-se no 146.º Estado membro da Organização das Nações Unidas, um ano após a proclamação da independência em Luanda.

A entrada da República Popular de Angola na ONU culmina a série de vitórias diplomáticas e militares que o Povo angolano, dirigido pelo glorioso MPLA, tem vindo a registar desde o dia 11 de Novembro de 1975 e representa, simultaneamente, uma grande vitória para todos os países e povos amantes da paz e do progresso social.

Ao mesmo tempo, a entrada da República Popular de Angola na Organização das Nações Unidas significa um rude golpe no imperialismo e nos sonhos colonialistas e neocolonialistas de alguns desesperados que, a soldo do fascismo e do capitalismo internacional, pensam poder conter o avanço inexorável do Povo angolano rumo ao socialismo.

Aliás, o próprio secretário-geral das Nações Unidas, Kurt Waldheim, no decorrer da sessão em que a RPA foi admitida como membro de pleno direito da ONU, afirmou que a sua admissão constituía um marco importante no processo de descolonização.

A República Popular de Angola foi admitida como Estado membro da ONU por 116 votos a favor e nenhum contra. Os Estados Unidos, que anteriormente tinham utilizado o seu direito de veto, impedindo momentaneamente o que era inevitável, recolheram-se desta vez numa

prudente posição abstencionista, possibilitando assim a entrada da RPA na ONU.

Entretanto, 28 países não participaram na votação, entre os quais a República Popular da China.

A admissão da Angola nas Nações Unidas foi recomendada à Assembleia Geral pelo Conselho de Segurança, na sua sessão de 22 de Novembro, por treze votos a favor, nenhum contra e a abstenção dos EUA. A China não participou, igualmente, nesta sessão.

Aliás, a atitude da República Popular da China viria a ser duramente criticada pelo camarada José Eduardo Santos, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros e actual vice-primeiro-ministro do Governo da RPA: "Não se compreende como um país que se autodenomina socialista, a China, pode apoiar grupos fantoches que ainda atacam a independência angolana. Também incompreensível é a sua continuada atitude hostil para com Angola."

E o camarada José Eduardo Santos afirmou ainda, frisando que "há uma aliança não natural entre a China e o racismo sul-africano."

"A certa altura, mercenários recrutados pela África do Sul e pagos em dólares americanos estiveram a matar angolanos com armas fabricadas pelo proletariado chinês!"

A bandeira da República Popular de Angola flutuando na sede da ONU é um símbolo da luta dos povos contra o imperialismo e o colonialismo, pela paz e a independência nacional.

O PCP PRESENTE NAS COMEMORAÇÕES

A fim de assistir às comemorações do vigésimo aniversário da fundação do Movimento Popular de Libertação de Angola deslocou-se à República Popular de Angola uma delegação do Partido Comunista Português composta pelos camaradas Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC e Rogério de Carvalho, membro do Comité Central.



Os camaradas Octávio Pato e Rogério de Carvalho ao falarem à reportagem do "Avante!", momentos antes de partirem para Luanda

Momentos antes da partida para Luanda, o camarada Octávio Pato declarou à reportagem do "Avante!":

— Sentimos grande satisfação em visitar a República Popular de Angola por ocasião do XX aniversário da fundação do MPLA, tanto mais que vamos visitar uma Angola independente que caminha decididamente na via para um futuro melhor e uma vida mais feliz para o seu povo.

O XX aniversário do MPLA é um marco da máxima importância na vida daquele Movimento e assinala uma nova fase na vida do povo angolano que luta pela construção de uma sociedade mais justa, por uma sociedade sem classes, rumo ao socialismo.

Apesar das grandes dificuldades que têm de enfrentar, da grande batalha que travam contra o imperialismo, estamos certos que, sob a chefia do MPLA, o povo de Angola vencerá e caminhará em frente.

Pensamos que a solidariedade existente entre o PCP e o MPLA poderá ser um importante contributo para a melhoria e reforço das relações entre os nossos dois países e os nossos povos.



O camarada Fidel Castro na Sierra Maestra

Armadas Revolucionárias. Recordemos que, como recordação da gloriosa efeméride, o órgão central do Partido Comunista de Cuba tem o nome do iate em que os revolucionários se fizeram transportar — "Granma".

Vinte anos passados sobre esta histórica data, ao mesmo tempo que se iniciava a primeira sessão da Assembleia Nacional do Poder Popular, uma nova forma de organização da administração central do Estado começou a reger o País.

Este novo dispositivo, posto em prática um ano depois da realização do I Congresso do PCC, apoia-se essencialmente nos ministérios, nos comités estatais e nos institutos, bem como na Junta Central de Planificação, no Banco Nacional e na Academia das Ciências.

O camarada Fidel Castro, assumindo o cargo de Presidente do Conselho de

Juan Almeida Bosque, Ramiro Valdez Menendez, Guilherme Garcia Frias, Blas Rosa Calderio e Carlos Rafael Rodrigues, como vice-presidentes, e Celia Sanchez Manduley, secretário.

A Assembleia Nacional do Poder Popular elegeu ainda para seu Presidente o camarada Blas Rora e para vice-presidente o camarada Raul Roa Garcia.

No decorrer da sua intervenção na Assembleia Nacional Popular, o camarada Fidel Castro abordou vários temas da actualidade internacional. Referindo-se à OPEP (Organização dos Países Produtores de Petróleo) o camarada Fidel Castro, acusando alguns desses países de terem feito o Terceiro Mundo suportar o peso da crise económica mundial, afirmou: "Não é o mesmo exigir aos ricos e, depois, roubar aos pobres. Os países subdesenvolvidos, e não só os

A «espinha» do Movimento Sindical O GOVERNO DESMASCARA-SE!

As ingerências do Governo e do PS no Movimento Sindical atingem as raízes do escândalo. A fidelidade às tentativas para destruir as estruturas sindicais existentes — programa apoiado nas direcções cisionistas da «Carta Aberta» — leva o Governo a tomar posições lamentáveis, com um desprezo perigoso pelos direitos dos trabalhadores. Maldonado Gonet, secretário de Estado do Trabalho e militante do PS, fala claro ao fazer alarde de «quebrar a espinha à Intersindical». Mas este desejo do Governo está longe das realidades. O Movimento Sindical Unitário há muitos anos que se mantém de pé. A PIDE e toda a repressão fascista não foram suficientes para o destruir. Não vai agora curvar a cabeça perante serventúrios da recuperação capitalista, que invocam a unidade para a liquidar.

As ingerências são ilegais. A Constituição proíbe-as ao consagrar a independência sindical perante os órgãos do poder, os partidos, o patronato e as confissões religiosas. O Governo sabe-o. Porque se intromete então nos sindicatos usando ilegalmente a via legal? Porque teme a força dos trabalhadores organizados. Porque pretende vê-los divididos, puxando cada um para seu lado. Porque deseja sindicatos enfraquecidos, dóceis a todas as medidas que entenda adoptar, mesmo que não passem de manobras declaradas como a que pretende impor aos sindicatos novo método de cobrança das quotas sindicais.

O Governo sabe que os trabalhadores organizados no Movimento Sindical nunca obrigaram outros trabalhadores a descontar para sindicatos em que não estivessem filiados. O Governo sabe que a Lei

Sindical (Decreto-Lei 215-B/75, de 30 de Abril), promulgada antes de a Constituição entrar em vigor, garantia por inteiro a liberdade de inscrição e o direito de qualquer filiado se retirar, quando entendesse, do sindicato em que estivesse filiado.

Mas não é a liberdade sindical que interessa ao Governo do PS. O que interessa ao Governo do PS, ao invocar essa liberdade, é destruir as condições concretas, as condições materiais, para que ela vigore e se afirme. Por isso se lembrou de decretar, ilegalmente, sem ouvir os trabalhadores, o seguinte:

«1. Compete às associações sindicais estabelecer o valor e proceder à cobrança das quotas sindicais dos trabalhadores seus sindicalizados ou das associações suas filiadas; 2. Nenhum trabalhador pode ser obrigado a pagar quotas para sindicato em

que não esteja inscrito». Sobre o mesmo assunto a Lei Sindical dispunha:

1. Incumbe à entidade patronal proceder à cobrança e remessa aos sindicatos das quotas sindicais dos trabalhadores sindicalizados, deduzindo o seu montante das respectivas remunerações, salvo se as associações sindicais deliberarem diversamente.

2. As convenções colectivas poderão regular de modo diferente a cobrança e remessa da importância das quotas.

Não se trata, assim, para o Governo e para o PS, de nada que se assemelhe a defender melhor a autonomia sindical. Essa autonomia estava perfeitamente defendida pelo art.º 21.º da Lei Sindical, que acabámos de transcrever.

Que pretende então o Governo? Que pretende a direcção do PS, ao atacar a eficácia na cobrança da quotização sindical? Como acabámos de ver, a lei permitia aos trabalhadores organizados nas associações sindicais e a estas, ao negociarem os contratos colectivos, decidir de modo diferente do que a lei dispunha.

Mas isso não chegava para o Governo. A vontade das organizações sindicais é letra morta para o Governo, é letra morta para o PS. Daí a ingerência! Daí o abuso!

O Congresso Sindical aproxima-se. Era preciso actuar antes dele, antes que a nova Lei Sindical fosse discutida e aprovada

pelos trabalhadores organizados. É esta a prática de um Governo que, em palavras, diz defender os interesses de quem trabalha e que, para essa defesa, não encontra melhor arma do que aceitar a sugestão da CIP que, pouco antes da medida do Governo ter sido anunciada, aconselhava os patrões a deixarem de descontar as quotas sindicais aos empregados.

O objectivo do Governo PS é destruir os sindicatos, afectando gravemente a sua capacidade financeira. E não se trata aqui de levantar aos responsáveis qualquer «processo de intenção». A medida é bem clara e mais clara foram ainda as palavras de Maldonado Gonet ao falar de «quebrar a espinha à Intersindical». Esta clareza de «intencções» é digna de todo o crédito. Vem de um secretário de Estado. Vem de um membro do PS.

A decisão do Governo é de extrema gravidade. Confiamos em que o seu alcance não lhe tenha escapado. A quotização cobrada directamente pelas associações sindicais obrigaria a criar serviços de cobrança complexos e altamente dispendiosos. E mesmo montando esses serviços (o que leva tempo), a medida do Governo, a ser cumprida, redundará, sem dúvida, numa diminuição do número de trabalhadores sindicalizados. São estes os objectivos da CIP, da CAP, de todo o patronato reacção. Está o Governo do PS ao seu serviço?



UMA LEI AO SERVIÇO DE QUEM A FAZ!

E quem a faz são os trabalhadores legalmente organizados nas suas associações sindicais

O projecto da Lei Sindical apresentado pela CNOC (Comissão Nacional Organizadora do Congresso) à discussão de todos os trabalhadores sindicalizados resulta das sugestões e propostas recolhidas em milhares de assembleias preparatórias e estará em debate até 28 do corrente. Escusado será encarecer o alcance e o significado deste documento, numa altura em que o Governo e a recuperação capitalista se dedicam a pôr em causa e a atacar os direitos mais duramente alcançados pelos trabalhadores, na tentativa de destruir a base material em que assenta a força organizada do movimento sindical e o seu papel decisivo na consolidação da democracia rumo ao socialismo. Conhecer o projecto de Lei Sindical, a discutir e a aprovar pelos próprios interessados, é tarefa insubstituível no momento presente. O seu interesse e a sua eficácia medir-se-ão pelos exércitos que a seguir publicamos e que escolhemos de acordo com os 4 princípios e temas desde sempre defendidos pelo Movimento Sindical Unitário:

● UNIDADE

Artigo 1.º — O presente diploma regula o exercício da liberdade sindical e inscreve nos seus objectivos o estímulo da unidade real e orgânica dos trabalhadores como condição da sua emancipação.

(...) Confederação — Associação sindical de âmbito nacional que visa abranger todas as restantes associações sindicais. (Definição da Central Única).

● INDEPENDÊNCIA

Artigo 5.º — 1. As associações sindicais são independentes do Estado, dos partidos políticos, das entidades e associações patronais e das instituições religiosas, sendo proibida qualquer ingerência destas na sua organização, direcção e funcionamento.

2. É incompetível o exercício de cargos em corpos gerentes de associações sindicais com o exercício de quaisquer cargos de direcção em partidos ou associações políticas, instituições religiosas e órgãos do Governo.

● LIBERDADE

Artigo 3.º — É reconhecido e assegurado aos trabalhadores o direito de associação sindical a todos os níveis de organização.

Artigo 4.º — 1. Nenhum trabalhador pode ser objecto de qualquer discriminação susceptível de limitar a sua liberdade sindical.

2. Nos termos do número anterior é proibido e considerado nulo e de nenhum efeito todo o acordo ou acto que vise:

a) Subordinar o emprego do trabalhador à condição de este se filiar numa associação sindical ou de se retirar daquela em que esteja inscrito;

b) Despedir, transferir ou, por qualquer forma, prejudicar um trabalhador por motivo da sua filiação ou não filiação sindical ou das suas actividades sindicais.

● DEMOCRACIA

Artigo 19.º — 1. As associações sindicais devem respeitar os princípios da gestão democrática, nomeadamente as regras dos números seguintes:

2. Todo o sócio no gozo dos seus direitos sindicais tem o direito de participar na actividade da associação, incluindo o de eleger e ser eleito para qualquer cargo, sem prejuízo de poderem estabelecer-se requisitos gerais.

3. A eleição dos corpos

gerentes será sempre por voto directo e secreto em assembleias convocadas com a antecedência mínima de trinta dias e realizadas de modo a possibilitar a todos os sócios o exercício efectivo do direito de voto.

4. Devem ser asseguradas a todas as listas concorrentes às eleições, iguais oportunidades, devendo constituir-se uma comissão eleitoral para efeitos de fiscalização do processo eleitoral.

5. O mandato dos corpos gerentes não pode ter duração superior a três anos, sendo permitida a reeleição para mandatos sucessivos.

6. Os corpos gerentes podem ser destituídos por deliberação do órgão que os elegeu, devendo os

estatutos regular os termos da destituição e da gestão da associação até à eleição de novos corpos gerentes.

Estamos longe de esgotar aqui a importância do projecto de Lei Sindical, que consta de 5 capítulos assim distribuídos: I — Disposições preliminares; II — Da liberdade sindical; III — Da organização sindical; IV — Do exercício da actividade sindical nos locais de trabalho; V — Disposições penais e finais.

Quisemos apenas caracterizar os fundamentos da Lei que, no seu articulado inclui disposições tão importantes como o exercício do cargo de delegado sindical e dos corpos gerentes das associações sindicais, despedimento destes trabalhadores, controlo da legalidade dos sindicatos e sua

constituição, reuniões nos locais de trabalho, multas por violações e método de cobrança da quotização, que «incumbe às entidades patronais (...) salvo se os sindicatos deliberarem diversamente».

Devemos, porém, ter em conta que a tese constituída pelo projecto da Lei Sindical não é a única a apresentar no Congresso. Há mais duas teses, e todas elas se relacionam entre si. A Lei Sindical, para além das suas funções específicas, contempla assuntos que são desenvolvidos, aprofundados e esclarecidos nos outros documentos — Programa de Acção e Estatutos da Intersindical — a que faremos também referência nos próximos números do «Avante!»

Contratação colectiva

UM DECRETO QUE A IMPEDE E COMO ANULÁ-LO

Estão em causa os salários de um milhão e meio de trabalhadores

O Decreto-Lei 164-A/76 vem consagrar um regime «liberal» de contratação colectiva que, na prática, se tem traduzido na indiferença dos responsáveis governamentais perante o arrestar das negociações, com o consequente agravamento das condições de exploração dos trabalhadores e deterioração profunda das condições de vida de toda a população trabalhadora, afirma o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, na introdução a um projecto de lei sobre contratação colectiva, que entregou recentemente à Mesa da Assembleia da República, e se destina a anular os efeitos daquele decreto, que tem permitido, de facto, uma situação de congelamento das negociações dos contratos colectivos de trabalho, afectando hoje mais de um milhão e meio de trabalhadores.

Factor de instabilidade social e de agudização de conflitos é como o Grupo Parlamentar do PCP caracteriza o Decreto-Lei 164-A/76, que «não contém os mecanismos capazes de conduzir à resolução dos processos em curso e, ao contrário, tem sido um meio de o patronato travar e mesmo sabotar a negociação dos contratos colectivos».

Para anular esses efeitos de uma lei que permite o protelamento e o impasse das negociações, o PCP, através dos seus deputados à Assembleia da República propõe a adopção de «um novo diploma legal que mereça o acordo dos trabalhadores e das suas organizações de classe, de expressão às conquistas alcançadas no plano do direito à contratação colectiva, consagradas na Constituição da República e vincule os órgãos do poder e a Administração Pública a uma orientação política diferente da que constitui a prática actual do Governo».

CONTRA A SABOTAGEM DO PATRONATO

As condições de vida das massas trabalhadoras, a piorar de dia para dia, não permitem



que continue em vigor um decreto que, como tantos outros, foi imposto sem ouvir a opinião dos principais interessados e actua contra os seus direitos.

Casos há em que as negociações dos contratos colectivos estão paradas há

mais de um ano. No sector da Construção Civil, 250 mil trabalhadores esperam ainda que seja publicada e entre em vigor uma portaria de regulamentação de trabalho, que estava pronta para publicação em Novembro de 1975.

O SEU A SEU DONO

Numa exposição enviada recentemente à Assembleia da República, a Intersindical Nacional reclama que «seja aprovado com urgência o regime jurídico das empresas sob gestão e posse útil dos trabalhadores — indispensável para colocar com segurança, ao abrigo da recuperação patronal e capitalista, unidades produtivas que os trabalhadores, com o seu esforço e dedicação, salvaram para o trabalho e a produção nacionais do abandono e da sabotagem económica dos seus antigos donos, dando assim um contributo histórico para o alargamento da área da nossa economia, libertada do domínio e da exploração capitalistas».

Protestando contra um requerimento do CDS, que pretendia sujeitar a ratificação aquele regime jurídico, expresso no Decreto-Lei n.º 821/76, requerimento esse que, a ser aprovado, daria expressão aos anseios dos capitalistas responsáveis pelo abandono das empresas e pela sabotagem da economia nacional, a Central Única dos Sindicatos Portugueses acrescenta que, «com vista à definição desse regime jurídico não transitório, deverá ser tomado em conta o projecto de lei oportunamente apresentado aos órgãos do poder pelo Secretariado das Empresas em Autogestão e cooperativas».

A Intersindical realinha ainda que «em nenhuma hipótese poderá ser admitida a restituição dessas empresas aos seus antigos donos, ou qualquer outra solução que permita a recuperação patronal e capitalista, esquecendo-se não só o esforço dos trabalhadores, mas ainda o apoio financeiro prestado pelo Estado para vencer os problemas criados pelo patronato sabotador».

«Estas empresas — conclui a Inter — deverão, pois, continuar na posse útil e sob gestão autónoma dos trabalhadores, com o apoio do Estado e sem quaisquer interferências paralisantes».

A contratação colectiva é «um dos mais poderosos meios de acção dos trabalhadores portugueses contra a exploração capitalista, pela melhoria das condições de vida e de trabalho, pela uniformização dessas condições a nível de vastas regiões e sectores», lembram os deputados comunistas acentuando que «as conquistas alcançadas pelos trabalhadores através da contratação colectiva não foram sem a oposição, boicote e mesmo sabotagem do patronato, que procurava manter as condições de sobreexploração e impedir o desenvolvimento das organizações sindicais».

Impedir a contratação colectiva é impedir a elevação do poder de compra dos trabalhadores, é impedir o fortalecimento da organização sindical e da sua unidade.

Estão em causa os salários de um milhão e meio de trabalhadores. E, ao contrário do que pretendem fazer crer os doutrinas da recuperação capitalista, o aumento do poder de compra das massas populares nunca foi um factor de deterioração da economia. A situação económica do País seria hoje muito mais grave, se o poder de compra dos trabalhadores não tivesse aumentado depois da Revolução de Abril.

Ingerência no Movimento Sindical, falta de pagamento de salários, leis antioperárias, legislação aprovada nas costas dos trabalhadores, ameaças de despedimentos colectivos são realidades que os trabalhadores organizados enfrentam diariamente nas empresas e nas associações sindicais. Damos a seguir alguns exemplos:

● As ingerências viajam!

O sr. John Lofblad veio a Portugal. O sr. Lofblad é secretário-geral da FITBB (Genebra), organização da construção civil da CISL, em cujos corpos directivos se contam numerosos indivíduos conhecidos como «sindicalistas norte-americanos». Esse senhor esteve presente numa reunião partidária de sindicalistas afectos ao PS, segundo a Intersindical, intrometeu-se no Movimento Sindical Português, fazendo juízos de valor que levaram a Central Única a protestar junto da FITBB e junto do Governo do PS por este «favorecer e até incentivar atitudes como estas» que «contrariam o art.º 7.º da Constituição e os desejos de independência em matéria internacional, que o nosso povo defende, assim como as próprias declarações do Governo constitucional, na Assembleia da República, por ocasião da apresentação do Programa do Governo».

A Intersindical protesta ainda, num comunicado, contra mais uma ingerência do Ministério do Trabalho na vida sindical, ao convidar, por sua livre iniciativa, a «Carta Aberta» para participar, ao lado da Intersindical, que não compareceu, em contactos com o BIT, sem que o BIT (Bureau Internacional do Trabalho) tenha convidado qualquer «Carta» para aquele efeito. O Ministério quer fazer crer que já existem duas centrais sindicais em Portugal. Puro engano!

● Revindicar justo e preciso

O Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro, em moções aprovadas há dias, depois de impôr à direcção que «continue integrada no Movimento Sindical Unitário e abandone total e imediatamente o movimento divisionista e antioperário denominado «Carta Aberta», exige «que as organizações de classe dos trabalhadores sejam ouvidas na elaboração das leis do trabalho»; repudia e denuncia «as medidas

arbitrárias e autoritárias do Governo em matéria sindical, cedendo às exigências da CIP e da CAP»; não aceita «que sejam os trabalhadores a pagar a crise económica provocada pelos capitalistas e agrários»; e exige que «o Governo cumpra escrupulosamente e faça cumprir a Constituição».

● O imperialismo é assim

«Pela actuação do patrão, verificamos que, mesmo na Alemanha, quer dar ordens a toda a gente: é na fábrica, é no banco, é ao Governo... Pensará o sr. Schimming que Portugal é uma colónia da Alemanha, ou estará a convencer-nos com as suas atitudes de que a Europa está connosco?» — perguntam os trabalhadores da fábrica de confecções «Schimming», que paralisaram por falta de pagamento de salários e devido à situação criada na empresa pelo abandono do patrão, que se ausentou para a Alemanha Federal (RFA), proferindo de lá exigências e insultos ao Governo, chamando traidor ao dr. Mário Soares e ameaçando que só voltaria à fábrica, «se o Governo Português o indemnizasse em 15 mil contos e assumesse todos os seus compromissos bancários, inclusivamente com os fornecedores». Certamente exorbitando das

suas competências, o sr. Schimming ameaça ainda com a certeza de que nenhum estrangeiro investirá em Portugal!

● Pela segurança de emprego, pelo direito ao trabalho

Os trabalhadores da Oliva, sabedores de que prosseguem, sem a sua participação, as negociações Governo-ITT, enquanto a Banca nacionalizada suspende financiamentos, na altura em que prosseguem as manobras da ITT (grande multinacional americana) para o despedimento de grande número de trabalhadores e para não pagamento de salários, reuniram-se em plenário com mais de 1800 presenças e, reafirmando a sua unidade e as suas posições de classe, decidiram: instituir na Oliva o controlo operário; responsabilizar a ITT — única accionista — pela actual situação financeira e económica da Oliva; responsabilizar o Governo por não ter tomado a iniciativa de intervir na empresa, de acordo com as propostas há muito aprovadas e várias vezes ratificadas pelos trabalhadores; adoptar no futuro as formas de luta julgadas adequadas e oportunas, se os seus postos de trabalho e os seus salários forem ameaçados ou postos em causa.

UMA FORMA DE MATAR A VIDA SINDICAL

Descreditar e destruir a vida associativa para enfraquecer, dividindo, o Movimento Sindical, com lucros partidários a curto prazo, são os objectivos irresponsáveis de três direcções sindicais de referendistas, fortemente contestadas pelos filiados e que encabeçam a «Carta Aberta»: Escritórios, Bancários e Seguros, todos de Lisboa.

A prática do referendo é anti-estatutária e, por conseguinte ilegal. Mas isso pouco interessa a meia dúzia de reformistas afectos ao PS, com os olhos em alvo perante a recuperação capitalista da «Europa connosco» e dos sindicatos divididos.

O referendo é a forma de matar a vida sindical, diria a propósito um trabalhador dos Seguros, durante a assembleia do seu Sindicato, na Voz do Operário, em Lisboa. Por isso é essa a prática que convém a elementos oportunistas, que nasceram ontem para a vida sindical e querem deitar para trás das costas a consolidação de tudo o que os trabalhadores organizados conquistaram ao longo dos anos, na luta contra o fascismo e o corporativismo dos «sindicatos» fascistas.

Os trabalhadores actuem e actuarão contra todas as práticas divisionistas dentro do Movimento Sindical. A luta generalizar-se-á contra as direcções referendistas, contra as práticas e os métodos eleitoralistas, que impostos de cima com um palavreado aparentemente democrático, se destinam a substituir, com curtas vantagens partidárias, a democracia como ela se pratica entre trabalhadores, em amplas assembleias, participando, discutindo, esclarecendo, para unir e defender na unidade a força da intervenção sindical na vida do País.